

Plano de Manejo

Parque Nacional

do Cabo Orange



Brasília, 2010



ARPA

Programa Áreas Protegidas da Amazônia



gtz



kfw
ENTWICKLUNGSBANK



Banco
Mundial



GLOBAL
ENVIRONMENT
FACILITY



Governos Estaduais
da Amazônia Brasileira:
Acre, Amapá, Mato Grosso,
Rorônia, Pará e Tocantins



Ministério do
Meio Ambiente



PRESIDENCIA DA REPÚBLICA

Luis Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

Izabella Mônica Vieira Teixeira

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Rômulo José Fernandes Mello

DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Ricardo José Soavinski

COORDENAÇÃO GERAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Giovanna Palazzi

COORDENAÇÃO DE PLANO DE MANEJO

Carlos Henrique Velasquez Fernandes

COORDENAÇÃO DO BIOMA AMAZÔNIA

Lílian Letícia Mitiko Hangae

PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

Ricardo Motta Pires

Brasília, 2010

CRÉDITOS TÉCNICOS E INSTITUCIONAIS

Equipe de Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional do Cabo Orange

Coordenação Geral

Marcos da Silva Cunha - Analista Ambiental / PNCO / ICMBio.

Ricardo Motta Pires - Analista Ambiental / PNCO / ICMBio.

Supervisão

Denise Arantes de Carvalho – Analista Ambiental / COCAT / ICMBio.

Lilian Leticia Mitiko Hangae - Analista Ambiental / COBAM / ICMBio.

Acompanhamento Técnico

Deisi Cristiane Balensiefer - Analista Ambiental / COBAM / ICMBio.

Juliana Shiraishi - Analista Ambiental / COBAM / ICMBio.

Rodrigo Paranhos – Analista Ambiental / COBAM / ICMBio.

Avaliação Ecológica Rápida

Márcio Souza da Silva - Geólogo - Coordenador IEPA.

Avifauna

Andrei Langeloh Roos - CEMAVE/ICMBio.

Maria Flávia Conti Nunes - CEMAVE/ICMBio.

Elivan Arantes de Souza - CEMAVE/ICMBio.

Helder Farias Pereira de Araújo - CEMAVE/ICMBio.

Entomofauna

Emerson Monteiro dos Santos - Biólogo - Museu Paraense Emílio Goeldi.

Moacir Ferreira Ribeiro - Biólogo - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Qualidade da Água

Luís Roberto Takiyama - Engenheiro Químico / IEPA.

Pesca

Luis Mauricio Abdon da Silva - Biólogo / IEPA.

Sirley Luzia Figueiredo Silva - Bióloga / IEPA.

Botânica

Salustiano Vilar da Costa Neto - Biólogo / IEPA.

Geologia, Geomorfologia e Solos

Marcio Sousa da Silva - Geólogo / IEPA.

Marcos Henrique de Abreu Martins - Geólogo / IEPA.

Lucila Maria dos Santos Silva - Geóloga / IEPA.

Avaliação Socioeconômica

Adiel da Vitória Fagundes - Gerenciamento da Informação / IEPA.

Uédio Robds Leite da Silva - Geógrafo / IEPA.

Uaci Moraes Caldas - Ciências Sociais / IEPA.

Arqueologia

Edinaldo Pinheiro Nunes Filho - Professor e Arqueólogo / UNIFAP.

Educação Ambiental

Gláucia Pereira de Sousa - Veterinária - Analista Ambiental - PNCO / ICMBio.

Paulo Roberto Russo - Geógrafo - Analista Ambiental - PNMT / ICMBio.

Cartografia e SIG

Jucimar Coelho Barbosa - Geógrafo / Empresa Terraplus Gestão Empresarial Ltda.

Cassandra Pereira de Oliveira - Geógrafa - Analista Ambiental - PNMT / ICMBio.

Vitória Monteiro - CPLAM / ICMBio.

Uso Público

Denise Arantes de Carvalho - COCAT / ICMBio.

Juliana Shiraishi - COBAM / ICMBio.

Kelly Bonach - PNCO / ICMBio.

Marcos da Silva Cunha - PNCO / ICMBio.

Ricardo Motta Pires - PNCO / ICMBio.

Rodrigo Paranhos Faleiro - COBAM / ICMBio.

Thiago do Val Simardi Beraldo Souza (coordenador) - Especialista em Ecoturismo / ICMBio.

Compilação dos Encartes

Marcos Antonio Reis Araujo - Consultor / GTZ.

Revisão Ortográfica e Editoração

Alessandro O. Neiva - Consultor

SIGLAS

AAPO	Associação Ambiental Pegadas do Oiapoque
ACOI	Associação Comercial de Oiapoque
AER	Avaliação Ecológica Rápida
AGM	Associação Galibi-Marworno
AMFAO	Associação Mista dos Feirantes Autônomos de Oiapoque
AMO	Associação das Mulheres do Município de Oiapoque
AMRQC	Associação de Moradores Remanescentes do Quilombo de Cunani
ANP	Agência Nacional do Petróleo
APIO	Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque
ASPROVAC	Associação dos Produtores Rurais da BR-156 Vale do Rio Primeiro do Cassiporé
BPMA	Batalhão de Polícia Militar Ambiental
BR	Brasil
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CAESA	Companhia de Água e Esgoto do Amapá
CCBIO	Cadastro Nacional de Coleções Biológicas
CCNB	Corrente Costeira Norte Brasileira
CDB	Conferência sobre a Diversidade Biológica
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
CEA	Companhia de Eletricidade do Amapá
CGVIS	Coordenação Geral de Visitação
CIMI	Conselho indigenista Missionário
COBAM	Coordenação do Bioma Amazônia
DHN	Diretoria de Hidrografia e Navegação
DIREC	Diretoria de Ecossistemas
DIREP	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DPF	Departamento de Polícia Federal
DST	Doenças Sexualmente Transmissíveis
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENID	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNAI	Fundação Nacional do Índio

FUNASA	Fundação Nacional da Saúde
GF	Guiana Francesa
GTZ	Cooperação Técnico Alemã
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IEPA	Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
IIRSA	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul Americana
IMAP	Instituto de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
MIN	Ministério da Integração Nacional
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEI	Núcleo de Educação Indígena
NIFAP	Universidade Federal do Amapá
OGM	Organismos Geneticamente Modificados
OPP	Oficina de Planejamento Participativo
PA	Projeto de Assentamento
PGR	Programa de Gestão para Resultados
PM	Plano de Manejo
PN	Parque Nacional
PNCO	Parque Nacional do Cabo Orange
PNMT	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PNRG	<i>Parc Naturel Régional de La Guyane</i>
POA	Plano Operacional Anual
PPA	Planos Plurianuais
PREVFOGO	Sistema Nacional de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
RESEX	Reserva Extrativista
ROI	Registros de Ocorrência de Incêndios
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
RURAP	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Amapá
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia

SNUC Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPU Secretaria do Patrimônio da União
TC Termo de Cooperação
TI Terra Indígena
TNC *The Nature Conservancy*
UC Unidade de Conservação
UFAP Universidade Federal do Amapá
UFMA Universidade Federal do Maranhão
UFPA Universidade Federal do Pará
UnB Universidade de Brasília
UNIFAP Universidade Federal do Amapá
ZCIT Zona de Convergência Intertropical

SUMÁRIO

ENCARTE 4 - PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE.....102

BIBLIOGRAFIA 157

FIGURAS

Figura 4.1: Articulação do plano de manejo com os demais planejamentos	103
Figura 4.2: Mapa estratégico do Parque Nacional do Cabo Orange.....	108
Figura 4.3: Mapa do Zoneamento do Parque Nacional de Cabo Orange.....	110
Figura 4.4: Mapa da Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Cabo Orange.....	122
Figura 4.5: Estrutura organizacional do Parque Nacional do Cabo Orange.....	142
Figura 4.6: Monitoramento e Avaliação.....	151
Figura 4.7: Exemplo de um gráfico de acompanhamento de metas do Parque Nacional do Cabo Orange.....	153
Figura 4.8: Painel de Gestão à Vista do Parque Nacional do Cabo Orange.....	154
Figura 4.9: Formulário para monitoramento do Plano Operativo Anual.....	154

TABELAS

Tabela 4.1: Matriz de avaliação estratégica do Parque Nacional do Cabo Orange.....	104
Tabela 4.2: Zonas do Parque Nacional do Cabo Orange e suas respectivas áreas em ha e a percentagem da unidade abrangida por cada zona.....	109
Tabela 4.3: Lista de pesquisas prioritárias a serem realizadas no Parque Nacional do Cabo Orange.....	138
Tabela 4.4: Competências de cada unidade organizacional do Parque Nacional do Cabo Orange.....	142
Tabela 4.5: Número aproximado de funcionários necessários para operacionalizar o plano de manejo.....	144
Tabela 4.6: Exemplo de desdobramento de uma atividade estratégica do Plano de Manejo em tarefas a serem executadas no Plano Operativo Anual de 2009.....	149
Tabela 4.7: Procedimentos para monitoramento e avaliação das metas, atividades estratégica do plano de manejo e atividades operacionais do Plano Operativo Anual....	151
Tabela 4.8: Roteiro para revisão de seguimentos específicos do plano de manejo.....	155

Encarte 4

Planejamento

ENCARTE 4 - PLANEJAMENTO DO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE

Visão Geral do Processo de Planejamento do Parque Nacional do Cabo Orange

Para manejar uma unidade de conservação é preciso avaliar as diferentes possibilidades de ação e decidir pelas melhores alternativas. O planejamento permite aproveitar melhor o tempo e os recursos. Os objetivos de uma unidade de conservação podem ser alcançados com maior facilidade quando planejamos usando um método.

O planejamento estratégico é uma técnica administrativa que procura ordenar as idéias das pessoas, de forma que se possa criar uma visão do caminho (estratégia) a ser seguido (Chiavenato & Sapiro, 2004). No planejamento de uma organização pública como uma unidade de conservação devem-se estabelecer claramente quais são as prioridades de ação e como serão utilizados os recursos à disposição dela da forma mais eficiente, eficaz e transparente possível.

Para o planejamento foi feita a reflexão dos rumos que o PNCO vem trilhando e se estes rumos continuam válidos para o futuro. Para analisar esses rumos foram realizadas as seguintes reflexões:

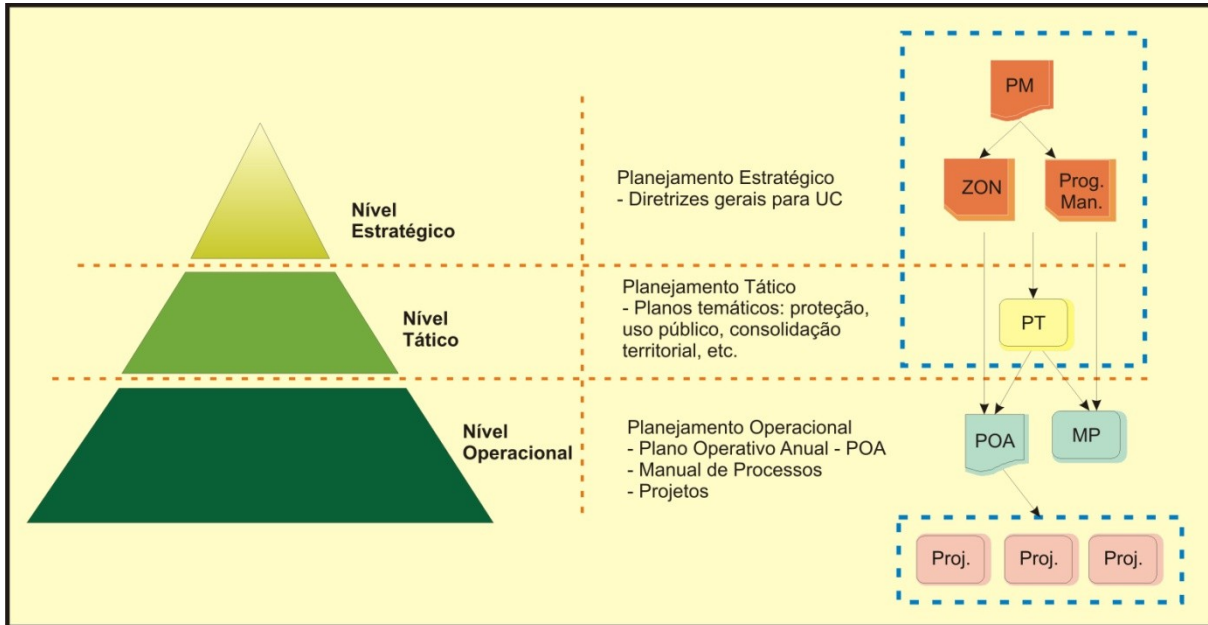
- **Onde estamos?** Realizou-se uma análise retrospectiva e da situação atual do PNCO. Analisou-se os resultados obtidos nos últimos anos, sua inserção no contexto federal e estadual, realizou-se uma Avaliação Ecológica Rápida para levantamentos do meio biótico e abiótico da unidade. No plano de manejo esta etapa está materializada nos encartes 1, 2 e 3 e na análise estratégica do encarte 4.
- **Aonde queremos chegar?** Determinou-se a Missão e a Visão de futuro do PNCO. No plano esta etapa está materializada no encarte 4.
- **Como podemos chegar?** Com base na análise estratégica, determinou-se os objetivos estratégicos do parque, a construção do Mapa Estratégico, a definição de indicadores e metas para cada objetivo e a construção dos programas de manejo. No plano esta etapa também está materializada no encarte 4.

No processo de planejamento da unidade buscou-se seguir o Roteiro Metodológico de Planejamento para Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica (Galante *et alii*, 2002). A análise estratégica da UC serviu de subsídio para definição dos objetivos estratégicos do Parque e para construção do *Balanced Scorecard* (BSC) ou Sistema Balanceado de Mensuração e do Mapa Estratégico (Kaplan & Norton, 2000).

O planejamento de ações foi dividido por programas de manejo. Buscou-se construir um plano com grande aplicabilidade explicitando-se quais são os objetivos, as prioridades, o resultado a ser atingido pela gerência e como atingi-los. Utilizou-se o ciclo PDCA (planejar, executar, checar, agir) como método de gestão.

Os programas de manejo definem ações para que a unidade alcance a sua visão de futuro e cumpra a sua missão. Para operacionalizar o plano de manejo, muitas das ações deverão ser desdobradas em projetos, que comporão o Plano Operativo Anual (POA) ou serão detalhadas em projetos específicos, que funcionará como elo entre o plano de manejo e o POA (Figura 4.1). Além disso, o PNCO conta com o manual de processos, no qual os processos críticos rotineiramente realizados na UC, tais como fiscalização, operação de conta vinculada etc. estão mapeados na forma de fluxogramas e com os procedimentos operacionais padrão definidos.

Figura 4.1: Articulação do plano de manejo com os demais planejamentos



Onde: [PM: Plano de Manejo; ZON: Zoneamento; Prog. Man.: Programas de Manejo, PT: Projetos temáticos, tais como proteção, uso público e etc.; POA: Plano Operativo Anual; MP: Manual de processos; Proj.: Projetos].

Histórico do Planejamento

Conforme descrito na introdução, a elaboração do plano de manejo iniciou em 2003, com capacitação dos servidores, e em seguida foram realizadas todas as etapas previstas no roteiro metodológico adotado, tais como: organização do planejamento, realização expedições científicas, reuniões abertas com a comunidade, Oficina de Planejamento Participativo (OPP), oficina de pesquisadores e reuniões de estruturação do planejamento.

Em novembro de 2006 foi iniciado o Programa de Gestão para Resultados (PGR) desenvolvido no âmbito do Programa ARPA e apoiado pela Cooperação Técnica Alemã (GTZ).

A execução do PGR no PNCO ocorreu em três etapas: diagnóstico, gestão estratégica e gestão de processos, além do aspecto comportamental que foi trabalhado de maneira transversal aos outros conteúdos visando apoiar as lideranças e suas equipes na implementação de práticas que possam potencializar seu desempenho.

Na elaboração da proposta da Gestão Estratégica para o PNCO, que ocorreu em meados de 2007 definiram-se os rumos e as escolhas da UC, para sua consolidação e efetividade representadas através do mapa estratégico que está sendo gerenciado através do painel de gestão à vista.

O planejamento estratégico elaborado no âmbito do PGR foi revisto em abril de 2008 com o objetivo de integrar ao plano de manejo, que em conjunto com as informações dos diagnósticos, e resultados da oficina de planejamento participativo e do seminário de avaliação das expedições, foram à base para elaboração desse encarte de planejamento. No período de 11 a 14 de agosto de 2008 realizou-se uma oficina em Macapá para consolidar o zoneamento e revisar os programas de manejo.

Avaliação Estratégica do Parque Nacional do Cabo Orange

O objetivo desse item foi realizar uma análise da situação geral do PNCO, com relação aos fatores internos e externos que a impulsionam ou que dificultam a consecução dos objetivos de sua criação.

Os fatores endógenos que constituem o cenário interno do Parque são caracterizados como pontos fortes e pontos fracos e condicionam o manejo da unidade. Os fatores do cenário externo são caracterizados como oportunidades e ameaças e auxiliam ou dificultam o cumprimento de seus objetivos de criação (Galante *et alii*, 2002).

Cruzando-se os pontos fortes *versus* oportunidades, obtêm-se as forças impulsionadoras que redundam nas principais premissas ofensivas ou de avanço; ao cruzarmos os pontos fracos *versus* ameaças obtêm-se as forças restritivas que redundam nas principais premissas defensivas ou de recuperação que serão objeto de ações mais urgentes por parte do gestor da Unidade (Galante *et alii*, 2002).

A relevância das forças impulsoras e a gravidade e urgência de superação das forças restritivas serviram de subsídio para definição da visão de futuro e dos objetivos estratégicos do PNCO, Tabela 4.1.

Tabela 4.1: Matriz de avaliação estratégica do Parque Nacional do Cabo Orange.

	Ambiente Interno	Ambiente Externo	Premissas
	Pontos Fracos	Ameaças	Defensivas ou de Recuperação
Forças Restritivas	Parque não oferece infra-estrutura para o turismo.	Oiapoque não oferece estrutura para o desenvolvimento do turismo.	
	Pesca realizada pelos grandes barcos pesqueiros do Pará.	Pescadores da região não tem barcos em condições de chegar a área demarcada para pesca.	
	Presença de búfalos.	Desmatamento.	
	Pesca predatória.	Pesca predatória.	
	Relação entre os gestores do Parque, as comunidades vizinhas e do interior.	Comunidades de entorno sem alternativas de renda.	1. Desenvolver a visitação. 2. Melhorar a fiscalização. 3. Melhorar a integração com o entorno.
	Captura de animais silvestres.	Presença de garimpos no entorno.	4. Incentivar a pesquisa científica.
	Ocorrências de incêndios.	Faltam programas de alternativas de renda.	
	Poluição do parque do lixo vindo do mar.	Falta escola técnica para criar alternativas econômicas.	
	Falta de pesquisas em áreas prioritárias.	Desequilíbrio na desova do tracajá no entorno.	
Escolas sem apoio para desenvolver projetos de Educação Ambiental.	Professores pouco capacitados em Educação Ambiental.		

	Ambiente Interno	Ambiente Externo	Premissas
	Pontos Fortes	Oportunidades	Ofensivas ou de Avanço
Forças Impulsoras	Criação do conselho consultivo.	Participação da comunidade em atividades de prevenção à incêndios (brigada do PREVFOGO/ IBAMA).	
	Possui ecossistemas que são berçários de várias espécies da fauna.	A presença do exército na área.	
	Potencial para pesquisa.	Potencial de novas alternativas econômicas. Ex.: turismo.	1. Consolidar o conselho consultivo.
	Alto nível de preservação do Parque.	Terra fértil para a agricultura de subsistência.	2. Estimular a realização de parcerias com órgãos e instituições, visando a proteção do PNCO.
	Acordo de pesca, como pacto de convivência com os pescadores.	Conhecimento tradicional das populações do interior e do entorno.	3. Apoiar e incentivar projetos voltados para a geração de renda no entorno.
	Presença de animais em extinção, reproduzindo na área do Parque.	Presença de povos indígenas no entorno.	4. Estreitar o relacionamento com as lideranças das Terras Indígenas de entorno e com a FUNAI.
	Diversidade de ambientes.	Interesse das comunidades em participar / atuar na gestão da UC.	5. Integrar o PNCO a outras oportunidades turísticas da região.
	Serve de abrigo para aves migratórias de outras regiões.	Assentamentos no entorno do Parque beneficiados com a administração do governo federal (INCRA).	
	Presença de sítios arqueológicos no PNCO.	Vizinhança do Parque com área indígena - Parque protege as áreas indígenas, que protegem o Parque.	
Potencial alternativa de geração de renda para as comunidades do entorno após a implementação do turismo.	Potencialidade do turismo nacional e internacional.		

Objetivos Específicos do Parque Nacional do Cabo Orange

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Lei Nº 9985/00, define como objetivos básicos de manejo de uma Unidade de Conservação – categoria Parque Nacional (Art. 11):

“O Parque tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo.”

Com base nessa prerrogativa, nos objetivos nacionais de conservação e nos estudos ambientais que subsidiaram o presente plano de manejo, foram definidos os seguintes objetivos específicos para o Parque Nacional do Cabo Orange:

- Preservar a faixa de Manguezal do parque, berçário biótico frágil.
- Proteger as áreas úmidas, e sua fauna associada.
- Preservar áreas de contato entre a Floresta Ombrófila e ambientes costeiros.
- Preservar áreas de restinga em ambiente amazônico.
- Preservar as áreas de encaves de cerrado.
- Proteger a área de alimentação e reprodução da ocorrência dos flamingos *Phoenicopterus ruber*, por se tratar de uma das poucas áreas em solo brasileiro onde esta espécie se reproduz.
- Proteger os locais de alimentação, descanso e forrageamento de aves migratórias do hemisfério norte, tais como os maçaricos branco *Calidris alba*, rasteirinho *C. pusila*, depapo-vermelho *C. canutus*, de-perna-amarela *Tringa flavipes* e grande-de-perna-amarela *T. melanoleuca*, o batuiraçu-de-axila-preta *Pluvialis squatarola* e a batuira-de-bando *Chararius semipalmatus*. Proteger populações de mamíferos ameaçados, tais como *Ateles paniscus paniscus*, cachorro-do-mato *Atelocinus microtis*, lontra *Lutra longicaudata*, ariranha *Pteronura brasiliensis*, gato maracajá *Leopardus pardalis*, gato-do-mato *L. tigrina*, onça *Panthera onca*, tatú peba *Prionotus maximus*.
- Tornar o PNCO uma referência para o turismo de base comunitária em parques nacionais.
- Promover atividades de educação ambiental no Parque e em seu entorno.

Missão e Visão do Parque Nacional do Cabo Orange

A partir dos objetivos específicos construiu-se a Missão e Visão de Futuro, aqui definidas como:

Missão: Serve de base para a execução dos objetivos do parque.

Visão de Futuro: é a explicitação de como o PNCO quer ser visto no futuro. É o desejo e a intenção do direcionamento da organização.

O cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro são os critérios-chave para avaliação do sucesso organizacional.

A Missão do Parque Nacional do Cabo Orange

Preservar as áreas marinhas, úmidas costeiras, manguezais e ainda, as florestas e manchas de cerrado amazônico, e a fauna associada, através da proteção de seus ecossistemas, da integração com as comunidades do entorno, do desenvolvimento do turismo ecológico e histórico, ordenado e consciente, do incentivo à educação ambiental e da busca do conhecimento cultural e científico.

Visão de Futuro Parque Nacional do Cabo Orange

Ser um Parque Nacional com seu ambiente natural efetivamente preservado, com visitação qualificada, integrando as comunidades locais e da Guiana Francesa em um esforço de gestão de colaboração regional, com vistas à conservação ambiental trans-fronteiriça.

Estratégias de Execução

As estratégias de execução foram definidas com base no BSC e na matriz de avaliação estratégica. Representam um referencial para traduzir os grandes resultados a serem alcançados por uma organização, num conjunto coerente de indicadores de desempenho. Permite criar condições para que se alinhem todos os recursos organizacionais: equipes, área de apoio, tecnologia da informação, capacitação dos servidores, focando a implementação da estratégia.

Os grandes resultados a serem alcançados pelo PNCO foram distribuídos em cinco perspectivas do BSC: **ambiente, usuários, processos internos, inovação / aprendizado e financeira** que possuem relação de causa e efeito e uma lógica que deve traduzir a hipótese estratégica do Parque (Figura 4.2).

Após a elaboração da lista de objetivos foi construído o Mapa Estratégico, que deve comunicar a estratégia a toda organização e explica essas relações de causa e efeito, de maneira a torná-la explícitas e sujeitas a testes. Assim, o fator crítico na implantação da estratégia é fazer com que todos na organização compreendam com clareza as hipóteses subjacentes, de modo a alinhar todos os recursos e unidades organizacionais com essas hipóteses, testá-las continuamente e utilizar os resultados para as adaptações necessárias.

Foram identificadas 10 estratégias de execução para o PNCO, sendo dois na perspectiva do ambiente, um na perspectiva do usuário, cinco na dos processos internos, um na perspectiva do aprendizado e inovação e um na financeira, dentre eles os dois da perspectiva do ambiente são os prioritários, que são:

1. reduzir a pressão sobre os recursos faunísticos, florísticos e pesqueiros e;
2. recuperar as áreas degradadas/ afetadas pela bubalinocultura, fogo e agricultura.

Como demonstrado no Encarte 3, a pesca industrial e artesanal, a bubalinocultura e a caça se constituem nas maiores pressões sobre recursos naturais do parque. A hipótese estratégica explicitada no Mapa Estratégico é que a diminuição da pressão sobre os recursos naturais do parque dependerá de uma melhor integração com o entorno e de um bom desempenho na fiscalização, no uso público (desenvolvimento do turismo qualificado), na consolidação territorial e na realização de pesquisas. Desse modo, os programas de manejo, como proteção, consolidação territorial e de integração externa são fundamentais para que o PNCO possa alcançar um dos seus principais objetivos de criação.

A fiscalização deverá controlar as principais atividades antrópicas que causam pressão sobre os recursos naturais como a pesca artesanal e industrial, a caça e os incêndios.

O desenvolvimento do uso público pode gerar alternativas de renda e emprego nas comunidades de entorno, o que contribuirá para uma maior valorização do PNCO e conseqüente proteção por parte das comunidades vizinhas e do interior da unidade. Isso contribuirá também para maior integração do Parque com o entorno.

O incremento das pesquisas poderá gerar informações que contribuirão na melhoria do manejo dos recursos naturais com conseqüente diminuição da pressão sobre eles.

A consolidação territorial será importante para a retirada da bubalinocultura do interior do parque, com isso diminuindo os incêndios, o abate de predadores de topo e a degradação dos ecossistemas pelo pisoteio, compactação do solo e abertura de valas pelos búfalos.

Para atingirmos os resultados esperados nos programas temáticos será importante capacitar a equipe do parque em atividades voltadas para proteção, uso público, educação ambiental e manejo.

No caso do PNCO por estar em faixa de fronteira à capacitação em idiomas faz se necessária para a integração com os parceiros da Guiana Francesa (perspectiva do aprendizado e da

inovação). Para que todos os objetivos listados acima possam ser alcançados será necessário aumentar a eficiência na utilização dos recursos disponíveis, ou seja, fazer mais com os recursos existentes.

Como salientado, o Mapa Estratégico representa uma série de hipóteses estratégicas que deverão ser testadas no decorrer da implantação do plano de manejo. Se essas hipóteses não demonstrarem válidas, elas devem ser descartadas e novas hipóteses devem ser construídas concomitantemente aos ajustes nos indicadores, metas e nos programas de manejo.

Figura 4.2: Mapa estratégico do Parque Nacional do Cabo Orange.



Zoneamento

De acordo com o SNUC, Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2.000, o zoneamento é a “*definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com objetivo de proporcionar meios e condições para que os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficazes*”.

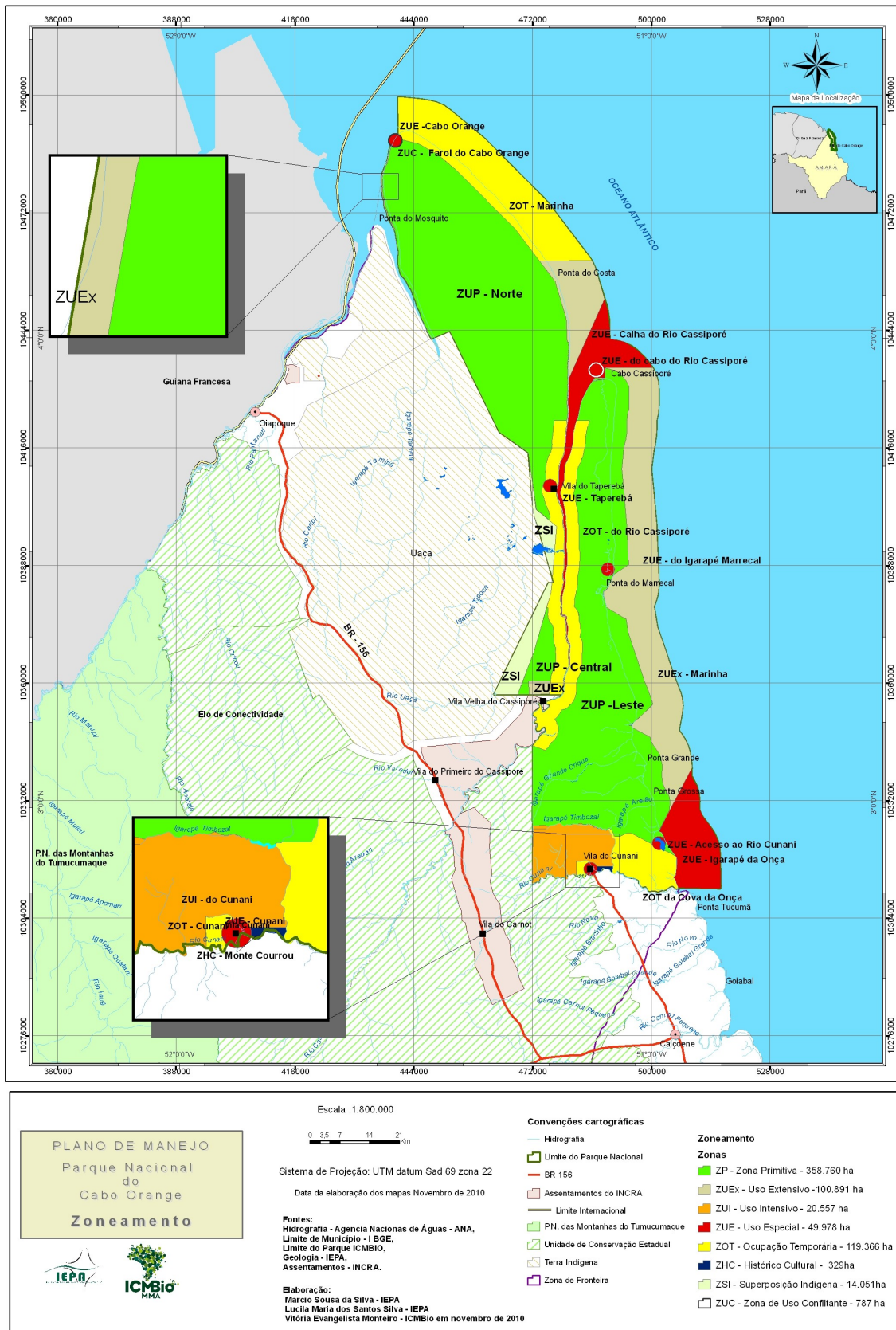
Para definir o zoneamento do parque foram considerados os critérios de representatividade e a diversidade; a presença de espécies raras, endêmicas e ou, ameaçadas de extinção; a estrutura já consolidada; e os usos conflitantes e as pressões externas.

A maior porção do parque foi definida como Zona Primitiva (54,64%). Em seguida vem as Zonas de Uso Extensivo (20,82%) e de Ocupação Temporária (20,15%) (Tabela 4.2 e Figura 4.3).

Tabela 4.2: Zonas do Parque Nacional do Cabo Orange e suas respectivas áreas em ha e a percentagem da unidade abrangida por cada zona.

Categoria	Área (ha)	Porcentagem da Área Ocupada
Zona Primitiva	358.760	54,57
Zona de Uso Extensivo	100.891	15,34
Zona de Uso Intensivo	20.557	3,12
Zona de Ocupação Temporária	119.366	18,15
Zona de Superposição Indígena	14.051	2,13
Zona de Uso Conflitante	787	0,11
Zona de Uso Especial	49.978	7,00
Zona Histórico-cultural	329	0,05
Total	100	100

Figura 4.3: Mapa do Zoneamento do Parque Nacional de Cabo Orange.



4.1.1. Descrição das Zonas Propostas para o Parque Nacional do Cabo Orange

Zona Primitiva (358.760ha)

Definição: é aquela onde ocorreu pouca ou mínima alteração, contendo espécies da flora e fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Deve possuir as características de área de Influência entre zona intangível e zona de uso extensivo. O objetivo básico do manejo é a preservação do ambiente natural e ao mesmo tempo facilitar as atividades de pesquisa científica, educação ambiental e proporcionar formas primitivas de recreação (Galante *et alii*, 2002).

Descrição da Zona Primitiva Norte: Compreende grande parte do Cabo Orange. A Oeste limita-se com uma pequena faixa destinada para uso público (Zona de Uso Extensivo) e a Sudeste com uma faixa de 3km a partir da margem esquerda do Rio Cassiporé (Zona de Ocupação Temporária das margens do Rio Cassiporé) e ao Sul com a Zona de Sobreposição Indígena Lago Maruani. Engloba a maior parte dos manguezais localizados acima da foz do rio Cassiporé. A formação vegetal predominante nessa área são os Campos Periodicamente Inundados. Ocorrem também importantes áreas de Floresta de Várzea.

Descrição da Zona Primitiva Central: Limita-se à Oeste com a zona de Sobreposição Indígena Flamã, à Leste mantém uma distância de 3km da margem esquerda do rio Cassiporé (Zona de Ocupação Temporária das margens do Rio Cassiporé) e ao Sul coincide com o limite do parque nesta região e com a Zona de Uso Extensivo do lago Puxador. A formação vegetal predominante é a Floresta Ombrófila Densa das Terras Baixas.

Descrição da Zona Primitiva Leste: Compreende grande parte do cabo Cassiporé. Limita-se a Oeste com Zona de Ocupação Temporária das margens do rio Cassiporé, ao Sul com as Zonas de Ocupação Temporária Cova da Onça, do Cunani e com a Zona de Uso Intensivo da região do Cunani. À leste esta zona avança mar à dentro por uma faixa de 3km a partir da linha de costa, excetuando-se os acessos marinhos destinados para as atividades de uso público (Zona de Uso Extensivo). Essa Zona Primitiva apresenta maior diversidade de formações vegetais. No entanto há predomínio dos Campos Periodicamente Inundados e importantes ocorrências de Florestas de Várzea.

Justificativa das Zonas Primitivas Norte, Central e Leste: São áreas que apresentam um elevado grau de preservação, em parte devido seu difícil acesso, onde ocorrem grandes áreas úmidas, ambiente frágil que requer maior proteção. Quanto à ocorrência de incêndios, as Zonas Primitivas Central e Leste apresentam um histórico de incêndio de baixa relevância e a Zona Primitiva Norte não apresenta este tipo de impacto. Na Zona Primitiva Leste existe indícios de desovas de tartarugas marinhas.

Normas de Manejo para as Zonas Primitivas Norte, Central e Leste

- As atividades permitidas serão a pesquisa, monitoramento ambiental, fiscalização e formas primitivas de visitação.
- Na zona primitiva central não será permitida nenhuma forma de visitação.
- As atividades permitidas não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais.
- Não serão permitidas quaisquer instalações de infra-estrutura permanentes.
- A utilização de embarcação nesta zona depende de autorização prévia da chefia sendo que, no igarapé Grande Crique preferencialmente deverá ser utilizado motor elétrico.
- É proibido o uso do fogo, exceto aquelas atividades voltadas à proteção da UC.
- As embarcações utilizadas nas atividades de visitação deverão estar devidamente habilitadas pela Marinha do Brasil, cumprindo as normas vigentes da Autoridade Marítima.

Zona de Uso Extensivo (100.891ha)

Definição: É constituída, em sua maior parte, por áreas naturais, podendo apresentar algumas alterações humanas. Caracteriza-se como uma transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, apesar de oferecer acesso mais fácil ao público para fins educativos e recreativos (Galante *et alii*, 2002).

Descrição da Zona de Uso Extensivo da foz dos rios Oiapoque e Uaçá: Ocupa uma faixa de 200 m a partir da linha de costa englobando uma área de manguezal. Limite-se a norte na latitude de 4°26' e ao sul na latitude de 04°14'.

Justificativa: Esta área foi delimitada levando-se em consideração sua facilidade de acesso a partir da cidade de Oiapoque e o interesse do PNCO em fomentar a atividades de uso público na região.

Descrição da Zona de Uso Extensivo do lago Puxador: Inicia no ponto de coordenadas geográficas aproximadas de N 3°13'55" e W 051°15'35", segue por uma linha seca com azimute verdadeiro de 00° até o ponto de coordenadas geográficas aproximadas de N 3°15'36" e W 051°15'35". Deste ponto segue com azimute 90° até encontrar o limite oeste da zona de ocupação temporária das margens do Rio Cassiporé. Deste ponto segue se pelo limite, rumo Sul, até encontrar a latitude aproximada de N 3°13'55", seguindo com azimute verdadeiro de 270° até encontrar o ponto inicial deste perímetro.

Justificativa: Esta área foi delimitada levando-se em consideração sua facilidade de acesso a partir de Vila Velha e o interesse do PNCO em fomentar, aqui, atividades de uso público.

Normas de manejo para as Zonas de Uso Extensivo da foz dos rios Oiapoque e Uaçá e do lago Puxador

- As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento ambiental, a visitação e a fiscalização.
- Poderão ser instaladas infraestruturas simples para a interpretação dos recursos naturais e a recreação, sempre em harmonia com o meio ambiente.
- As atividades previstas devem contribuir para a sensibilização do visitante quanto à conservação do patrimônio ambiental e cultural.
- Estas zonas serão constantemente fiscalizadas.
- As embarcações utilizadas nas atividades de visitação deverão estar devidamente habilitadas pela Marinha do Brasil, cumprindo as normas vigentes da Autoridade Marítima.

Zona de Uso Extensivo Marinha

Descrição da Zona de Uso Extensivo Marinha: Compreende toda a área marinha do PNCO, cuja latitude é inferior a 4°10'. Na direção sul, a partir do cabo Cassiporé limite-se a Oeste com a Zona Primitiva Central que adentra por 3km mar adentro até o ponto de coordenadas geográficas N 2°51'00" e W 050°55'00". Daí, segue por uma linha seca até o ponto de coordenadas geográficas N 2°49'00" e W 050°56'39" (margem esquerda da foz do Rio Cunani). Acrescem-se os seguintes acessos à costa:

- Igarapé Marrecal: até o ponto de coordenadas geográficas N 3°30'36" e W 051°02'59". Deste ponto segue em direção à costa até o ponto de coordenadas geográficas N 3°29'25" e W 051°04'48". Daí acompanha a linha de costa sentido Sul até o até o ponto

de coordenadas geográficas N 3°25'12" e W 051°05'44". Segue em direção ao oceano Atlântico até o ponto de coordenadas geográficas N 3°23'57" e W 051°04'12".

- Igarapé do Papagaio: até o ponto de coordenadas geográficas N 3°12'33" e W 051°03'18". Deste ponto segue em direção à costa até o ponto de coordenadas geográficas N 3°10'26" e W 051°02'05". Daí acompanha a linha de costa sentido Sul até o até o ponto de coordenadas geográficas N 3°09'36" e W 051°02'25". Segue em direção ao oceano Atlântico até o ponto de coordenadas geográficas N 3°08'22" e W 051°00'53".

Justificativa: Esta área foi delimitada levando-se em consideração a necessidade das pequenas embarcações de cabotagem se deslocarem pelo litoral do Estado sem terem que se afastar em demasia da linha de costa (por fatores de segurança). Foram deixados acessos à costa onde estão previstas atividades de uso público e também, na foz do Rio Cunani, utilizada como abrigo pelas embarcações que pescam na região.

Normas de manejo da Zona de Uso Extensivo Marinha

- As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento ambiental, a visitação e a fiscalização.
- É proibido o trânsito de embarcações com petrechos de pesca, com exceção das destinadas a atividades de pesquisa e monitoramento.
- As embarcações poderão transitar desde que com velocidade controlada.
- Poderão ser instaladas infraestruturas simples para a interpretação dos recursos naturais e a recreação, sempre em harmonia com o meio ambiente.
- As atividades previstas devem contribuir para a sensibilização do visitante quanto à conservação do patrimônio ambiental e cultural.
- Esta zona será constantemente fiscalizada.
- As embarcações utilizadas nas atividades de visitação deverão estar devidamente habilitadas pela Marinha do Brasil.

Zona Uso Intensivo (20.557ha)

Definição: É constituída por áreas naturais ou alterada pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, devendo conter centro de visitantes, museus, outras facilidades e serviços. O objetivo geral do manejo é o de facilitar a recreação intensiva e a educação ambiental, em harmonia com o meio (Galante *et alii*, 2002).

Descrição da Zona de Uso Intensivo da região do Cunani: Esta zona limita-se ao Sul, com a margem esquerda do rio Cunani, iniciando-se na foz do Igarapé Julião, de coordenadas geográficas N 02°50'39" e W 051°09'10". Daí segue para montante pela margem esquerda do Rio Cunani até a linha seca que limita o Parque à sudoeste (ponto de coordenadas geográficas aproximadas de N 2°49'11" e W 051°15'19"). Segue com azimute verdadeiro de 000° até ponto de coordenadas geográficas aproximadas de N 2°56'43" e W 051°15'19". Deste ponto, segue com azimute verdadeiro de 90° até encontrar a margem esquerda do igarapé do Tralhoto, próximo à sua nascente. Daí segue pela mesma margem para jusante até o limite mais a noroeste da margem esquerda do lago do Tralhoto nas coordenadas geográficas N 02 56 24 e W 051 06 12 (ponto 2 da zona de ocupação temporária do Cunani). Segue por uma linha seca até a confluência do Igarapé Julião com o Rio Cunani. A vegetação dominante é a Floresta Ombrófila Densa das Terras baixas.

Justificativa: Esta área foi delimitada levando-se em consideração as demandas de uso público previstas pela UC, uma vez que esta apresenta certa facilidade de acesso a partir da Cidade de Calçoene, bem como potencial para o ecoturismo e turismo histórico-cultural.

Normas de manejo da Zona Uso Intensivo

- As infraestruturas necessárias a atividade de visitação intensiva somente poderão estar localizadas nesta zona.
- As atividades de visitação e a utilização das infraestruturas desta zona serão subordinadas à capacidade de carga estabelecida para as mesmas.
- As atividades previstas devem contribuir para a sensibilização do visitante quanto à conservação do patrimônio ambiental e cultural.
- Todas as construções e reformas deverão estar harmonicamente integradas com o meio ambiente.
- A fiscalização será intensiva nesta zona.
- Os esgotos e resíduos sólidos provenientes das infra-estruturas de uso público deverão receber tratamento adequado para não contaminar solo e corpos d'água.

Zona de Ocupação Temporária (119.366ha)

Definição: São áreas dentro das unidades de conservação onde ocorrem concentrações de populações humanas residentes e as respectivas áreas de uso. Zona provisória, uma vez realocada à população, será incorporada a uma das zonas permanentes (Galante *et alii*, 2002).

Descrição da Zona de Ocupação Temporária Marinha: Compreende toda a área marinha do PNCO cuja latitude é superior a 4°10'.

Justificativa: Esta zona corresponde aos limites estabelecidos no Termo de Compromisso celebrado entre o PNCO e a Colônia de Pescadores Z-03 de Oiapoque.

Normas de manejo para a zona de Ocupação Temporária Marinha

- Só serão permitidas as atividades previstas no Termo de Compromisso acordado entre o PNCO e a Colônia de Pescadores Z-03 Oiapoque.
- Após o término do Termo de Compromisso esta zona será incorporada à zona de uso extensivo marinha.

Descrição da Zona de Ocupação Temporária das Margens do Rio Cassiporé: Representa uma faixa com largura igual a 3km pelas margem esquerda do rio Cassiporé, tendo como limite norte a latitude N 03°50'46" que passa pela foz do igarapé Valentim indo até a latitude N 03°13'55". Tal faixa, quando limítrofe à Zona de Sobreposição Indígena, tem sua largura de 3km reduzida, respeitando os limites desta. Pela margem direita, compreende uma faixa também de 3km de largura iniciando no cabo do Cassiporé indo até o local denominado "Colônia".

Justificativa: Nesta zona ocorrem concentrações de populações humanas residentes e suas respectivas áreas de uso. A delimitação da faixa de 3km de largura ao longo das margens do Rio Cassiporé foi estabelecida por corresponder, aproximadamente, à área de trânsito da bubalinocultura.

Normas de manejo para a zona de Ocupação Temporária das Margens do Rio Cassiporé

- Não é permitida a expansão das atividades econômicas atualmente desenvolvidas.
- Até que se estabeleça um Termo de Compromisso com os ocupantes, as atividades desenvolvidas nesta zona deverão ser pré-acordadas com a equipe da UC.
- O Conselho Consultivo da UC será envolvido na elaboração do Termo de Compromisso.

Descrição da Zona de Ocupação Temporária Cova da Onça: Esta zona compreende as áreas reclamadas pelos Srs. Natan Ludovido Pinheiro (fazenda Georgeana) e José Ribamar Cavalcanti (Fazenda Boa Esperança) bem como suas respectivas áreas de trânsito de búfalos. Partindo do ponto mais à noroeste da área reclamada pelo Sr. José Ribamar Cavalcanti (ponto 1), traça-se uma linha seca em direção ao igarapé do Tralhoto. Deste ponto, segue para jusante por sua margem esquerda até a foz deste igarapé no rio Cunani. Daí segue pela margem esquerda do rio Cunani até sua foz. Daí segue para Norte acompanhando a linha de costa até o limite mais à nordeste da área reclamada pelo Sr. Natan Ludovido Pinheiro. Deste ponto, segue os limites desta área até encontrar o ponto 1.

Justificativa: Esta zona compreende as áreas reclamadas pelos Srs. Natan Ludovido Pinheiro (fazenda Georgeana) e José Ribamar Cavalcanti (Fazenda Boa Esperança) bem como suas respectivas áreas de trânsito de búfalos.

Normas de manejo para a zona de Ocupação Temporária Cova da Onça

- Não é permitida a expansão das atividades econômicas atualmente desenvolvidas.

Descrição da Zona de Ocupação Temporária do Cunani: Compreende parte da área requisitada como Remanescente de Quilombo do Cunani (a vila, propriamente dita, e as áreas de uso pela comunidade, segundo interpretação do PNCO), tendo como limite sul, a margem esquerda do rio Cunani. Partindo da foz do Igarapé Timbozal, de coordenadas aproximadas, segue para montante até a foz do igarapé Julião, nas coordenadas geográficas N 02°50'39" e W 051°09'10". Daí segue por linha seca até o limite mais a oeste da margem esquerda do lago do Tralhoto nas coordenadas geográficas aproximadas de N 02°56', W 051°08' (ponto 2) seguindo para jusante pela mesma margem até a foz do igarapé que liga este lago ao rio Cunani (igarapé do Timbozal), nas coordenadas geográficas N 02°51'05" e W 051°04'20".

Justificativa: Esta zona compreende as ocupações humanas da margem esquerda do rio Cunani e parte da área requisitada como Remanescente de Quilombo do Cunani (a vila, propriamente dita, e as áreas de uso pela comunidade, segundo interpretação do PNCO).

Normas de manejo para a zona de Ocupação Temporária do Cunani

- Não é permitida a expansão das atividades econômicas atualmente desenvolvidas.
- Até que se estabeleça um Termo de Compromisso com os ocupantes, as atividades desenvolvidas nesta zona deverão ser pré-acordadas com a equipe da UC.
- O Conselho Consultivo da UC será envolvido na elaboração do Termo de Compromisso.
- A visitação e a pesquisa, nas áreas de ocorrência de sítios arqueológicos, dependerá de prévia autorização da chefia da UC.

Zona Superposição Indígena (14.051ha)

Definição: Contém áreas ocupadas por uma ou mais etnias indígenas, superpondo partes da UC. São áreas subordinadas a um regime especial de regulamentação, sujeitas a negociação caso a caso entre a etnia, a FUNAI e o ICMBio. Zona provisória, uma vez regularizadas as eventuais superposições, será incorporada a uma das zonas permanentes. (Galante *et alii*, 2002).

Descrição da Zona de Superposição Indígena lago Maruani: A descrição desta zona carece de maior detalhamento visto que, para defini-la precisa-se de uma padronização dos dados institucionais da FUNAI e ICMBio. Esta zona referencia-se no Memorial Descritivo do Posto Indígena Uaçá, de 1977 e no Memorial Descritivo de Demarcação da Área Indígena Uaçá, de 1991. Na descrição distinguiremos os pontos de coordenadas geográficas referendados indicando seu número e ano, 1977 ou 1991. Os pontos denominados P-Auxiliar foram criados

por nós visando ilustrar a intersecção de pontos, seja dos oriundos dos documentos supracitados (1977 e 1991) seja de pontos que possuímos dos limites do Parque.

Inicia-se no ponto 12 (1977) de coordenadas geográficas aproximadas N 3°37'40" e W 051°15'00". Deste segue por uma linha seca até o ponto P-Auxiliar 01 (intersecção 1977/1991) de coordenadas geográficas aproximadas de N 3°27'37" e W 051°12'42". Deste, segue por linha seca até o ponto denominado de P-15 (1991), de coordenadas geográficas aproximadas de N 3°35'40" e W 051°12'03". Deste, segue por linha seca até o ponto denominado P16 (1991) de coordenadas geográficas aproximadas de N 3°37'53" e W 051°14'38". Deste segue por linha seca até o ponto denominado P12 (1977), ponto inicial, fechando este perímetro.

Descrição da Zona de Superposição Indígena Flamã: A descrição desta zona também será aproximada pelos motivos citados anteriormente. Esta zona referencia-se no Memorial Descritivo do Posto Indígena Uaçá, de 1977 e no Memorial Descritivo de Demarcação da Área Indígena Uaçá, de 1991. Na descrição, distinguiremos os pontos de coordenadas geográficas referendados indicando seu número e ano, 1977 ou 1991. Os pontos denominados Pontos Auxiliar foram criados por nós visando ilustrar a intersecção de pontos, seja dos oriundos dos documentos supracitados (1977 e 1991) seja de pontos que possuímos dos limites do Parque.

Inicia-se esta descrição pelo ponto da demarcação do Posto indígena UAÇÁ denominado de P-10 (1977), de coordenadas geográficas aproximadas de N 3°26'22" e W 051°13'05". Deste, segue por linha seca até o ponto P-08 (1977) de coordenadas geográficas aproximadas de N 3°13'55" e W 051°20'02", situado na confluência de igarapé sem nome e o rio Uaçá. Deste segue por linha seca no sentido de Oeste para Leste, até o ponto denominado de P-Auxiliar 02 (intersecção 1991 com limite do Parque), de coordenadas geográficas aproximadas de N 3°13'54" e W 051°16'58". Deste, segue por linha seca até o ponto denominado M-03 (1991) de coordenadas aproximadas N 3°17'06" e W 051°15'47". Deste, segue por linha seca até o ponto denominado M-14 (1991) de coordenadas aproximadas N 3°19'29" e W 051°14'54". Deste, segue até o ponto denominado P-Auxiliar 03 (intersecção 1991 com 1977) de coordenadas aproximadas N 3°26'22" e W 051°12'57". Deste segue por linha seca de sentido Leste – Oeste até o ponto denominado P10 (1977), ponto inicial, fechando este perímetro.

Justificativa das Zonas de Superposição Indígena do lago Maruani e Flamã: Estas zonas correspondem às áreas de sobreposição com a Terra Indígena Uaçá.

Normas de manejo para a zona de sobreposição indígena lago Maruani e Flama

- Até que se estabeleça um instrumento de gestão compartilhada da zona superposta, as atividades desenvolvidas nesta zona deverão ser pré-acordadas entre a UC, as lideranças da Terra Indígena Uaçá e a FUNAI.
- O Conselho Consultivo da UC será envolvido na elaboração do instrumento de gestão compartilhada.

Zona Uso Conflitante (787ha)

Definição: É constituída por espaços localizados dentro de uma unidade de conservação, cujos usos e finalidades, estabelecidos antes da criação da unidade, conflitam com os objetivos de conservação da área protegida. São áreas ocupadas por empreendimentos de utilidade pública, como gasodutos, oleodutos, linhas de transmissão, antenas, captação de água, barragens, estradas, cabos óticos e outros. Seu objetivo de manejo é contemporizar a situação existente, estabelecendo procedimentos que minimizem os impactos sobre a unidade de conservação. (Galante *et alii*, 2002).

Descrição:Corresponde ao raio de 200m a partir do ponto de coordenadas geográficas do farol do cabo Orange (N 4°25'49" e W 051°32'33").

Justificativa: Nesta zona localiza-se o farol do Cabo Orange da Marinha do Brasil. Vale lembrar que existe a intenção do PNCO em instalar um posto de fiscalização na base deste farol, após acordo a ser estabelecido com a Marinha do Brasil.

Normas de manejo Zona Uso Conflitante

- Deverá ser proposto um acordo com a Marinha do Brasil relativo às atividades de manutenção do farol de forma a mitigar os impactos ambientais.
- As atividades permitidas serão a fiscalização, proteção, manutenção das infraestruturas (da Marinha do Brasil e da UC).
- Os serviços de manutenção do farol deverão, sempre que possível, ser acompanhados por funcionários da UC.
- A fiscalização será intensiva nesta zona e em seu entorno.
- Poderão ser instaladas infraestruturas simples para o acesso e manutenção das estruturas existentes.

Zona de Uso Especial (49.978ha)

Definição: É aquela que contém áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da unidade de conservação, abrangendo habitações, oficinas e outros. O objetivo geral de manejo é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural da unidade (Galante *et alii*, 2002).

Descrição Zona de Uso Especial do Farol do cabo Orange: Localização aproximada dos pontos de coordenadas geográficas do farol do cabo Orange (N 4°25'49" e W 051°32'33"). A partir deste ponto a zona delimita-se por um raio de 200m. Compreende o projeto de reforma de um posto de fiscalização, com 30m² de área construída e o projeto de construção de um trapiche com 200m² de área construída.

Descrição Zona de Uso Especial do cabo Cassiporé: Localização aproximada dos pontos de coordenadas geográficas do cabo Cassiporé (N 3°54'45" e W 051°07'12"). A partir deste ponto a zona delimita-se por um raio de 1000m. Compreende o projeto de construção de um posto de fiscalização flutuante com 100m² de área construída.

Descrição Zona de Uso Especial de Taperebá: Localização aproximada dos pontos de coordenadas geográficas da Vila Taperebá (N 3°40'27" e W 051°12'06"). A partir deste ponto a zona delimita-se por um raio de 1000m. Compreende a sede do PNCO com 400m² de área construída, o alojamento com 90m² de área construída e o projeto de construção de uma rampa para ultra-leve com 80m² de área construída.

Descrição Zona de Uso Especial da calha do rio Cassiporé: Compreende a calha do rio Cassiporé em toda a sua extensão no interior do PNCO por onde se dá o acesso a sede do Parque.

Descrição Zona de Uso Especial do igarapé Marrecal: Localização aproximada dos pontos de coordenadas geográficas do igarapé Marrecal (N 3°28'38" e W 051°05'31"). A partir deste ponto a zona delimita-se por um raio de 500m. Compreende os projetos de construções de um posto de fiscalização com 100m² de área construída, de um trapiche com 60m² de área construída e de uma estrutura para instalação de torre de vigilância de incêndio (40m) com 10m² de base.

Descrição Zona de Uso Especial da Cova da Onça: Localização aproximada dos pontos de coordenadas geográficas do imóvel construído na região da Cova da Onça (N 2°55'20" e W 050°59'12"). A partir deste ponto a zona delimita-se por um raio de 500m. Compreende o projeto de construção de um posto de fiscalização com 60m² de área construída e os projetos

de construções de um trapiche com 100m² de área construída e de uma estrutura para instalação de torre de vigilância de incêndio (40m) com 10m² de base.

Descrição Zona de Uso Especial do Cunani: Localização aproximada dos pontos de coordenadas geográficas da Vila do Cunani (N 2°51'17" e W 051°07'33"). A partir deste ponto a zona delimita-se por um raio de 300m. Compreende a base do PNCO com 120m² de área construída e o projeto de construção de estruturas de apoio ao visitante com cerca de 200m² de área construída.

Justificativas das Zonas de Uso Especial: Estas zonas foram consideradas uso especial por situarem-se em locais estratégicos para a gestão da UC. Ressalta-se que a zona de uso especial do farol do cabo Orange se sobrepõe à de Uso Conflitante.

Normas de manejo Zonas de Uso Especial

- Todas as construções e reformas deverão estar harmonicamente integradas com o meio ambiente.
- Os esgotos e resíduos sólidos provenientes das infraestruturas de administração deverão receber tratamento adequado para não contaminar solo e corpos d'água.

Zona Histórico-cultural (329ha)

Definição: É aquela onde são encontradas amostras do patrimônio histórico/cultural ou arqueopaleontológico, que serão preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, educação e uso científico. O objetivo geral do manejo é o de proteger sítios históricos ou arqueológicos, em harmonia com o meio ambiente.

Descrição da Zona Histórico-cultural do Monte Courrou: Esta zona limita-se ao Sul, com a margem esquerda do rio Cunani, iniciando-se na foz do igarapé Holanda, de coordenadas geográficas N 02°51'20" e W 051°07'23". Daí segue para montante pela margem esquerda deste igarapé até o ponto de coordenadas aproximadas de N 02°51'41" e W 051° 07'33". Daí segue com azimute verdadeiro 090, até a margem direita do igarapé timbozal. Deste ponto, segue para jusante, pela mesma margem, até a foz do igarapé do Timbozal, na margem esquerda do rio Cunani, no ponto de coordenadas aproximadas de N 02°51'05" e W 051°04'20". Deste ponto, segue pela margem esquerda do rio Cunani, para montante, até o ponto inicial deste perímetro.

Justificativa: Nesta zona situa-se o Monte Courrou, de onde em 1885, o pesquisador, Dr.Emílio Goeldi, retirou várias peças, como vasos e urnas funerárias. Por ser uma cultura anterior à ocupação devido à atividade garimpeira, na região, esta área foi destacada da Zona de ocupação temporária do Cunani

Normas de manejo da Zona Histórico-Cultural do Monte Courrou

- As atividades permitidas serão a pesquisa, o monitoramento ambiental, a visitação e a fiscalização
- As atividades de visitação e a utilização das infra-estruturas desta zona serão subordinadas à capacidade de carga estabelecida para as mesmas.
- As atividades previstas devem contribuir para a sensibilização do visitante quanto à conservação do patrimônio ambiental e cultural.
- Todas as construções e reformas deverão estar harmonicamente integradas com o meio ambiente.
- A fiscalização será intensiva nesta zona.

- Os esgotos e resíduos sólidos provenientes das infra-estruturas de uso público deverão receber tratamento adequado para não contaminar solo e corpos d'água.

Zona de Amortecimento (3.291.988ha)

Definição: Constitui o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade (Lei Nº 9.985/2000 Art. 2, Inciso XVIII). Os limites da Zona de Amortecimento do PNCO e as suas normas estão baseadas em critérios técnicos e científicos, levantados na reunião de estruturação de planejamento, tendo por base as propostas da reunião técnica de pesquisadores, da oficina de planejamento e de reuniões com o Conselho Consultivo, tendo ainda como referência, o “Roteiro de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica” (Galante *et alii*, 2002).

A Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Cabo Orange, Figura 4.4, foi definida levando-se em consideração, a condição, do Parque de área costeira. Por situar-se ao longo de 200km de costa marítima nos Municípios de Oiapoque e de Calçoene, o Parque é cortado pelas águas dos rios Cassiporé e do Grande Crique e é banhado pelas águas dos rios Oiapoque, Cunani e Uaçá. Quanto ao Rio Calçoene, devido à corrente das Guianas, após desaguar no oceano Atlântico, próximo ao limite Sul do PNCO, suas águas seguem na direção noroeste adentrando à área marinha do Parque Nacional do Cabo Orange. Assim o PNCO recebe toda a “lavagem” continental, feita pelos rios Caciporé, Grande Crique, Oiapoque, Cunani, Uaçá, Calçoene e suas áreas de drenagem. Esta condição é mais evidenciada, quando se observa os altos níveis de precipitação no Município de Calçoene. Este município foi considerado, em pesquisa divulgada pela EMBRAPA em 2006, o de maior índice pluviométrico do Brasil, após análise de 30 anos de coleta de dados. Por aproximação, o Município de Oiapoque também deve possuir um índice bastante elevado. Esta condição de Parque localizado em região de chuvas intensas coloca os rios e igarapés, como grandes veículos de transporte de sedimentos e quaisquer outras substâncias depositadas ou derramadas acidental ou intencionalmente em suas bacias.

Objetivos Gerais: Minimizar os impactos antrópicos gerados na região do entorno e reduzir danos às áreas da Unidade de Conservação.

Objetivos Específicos:

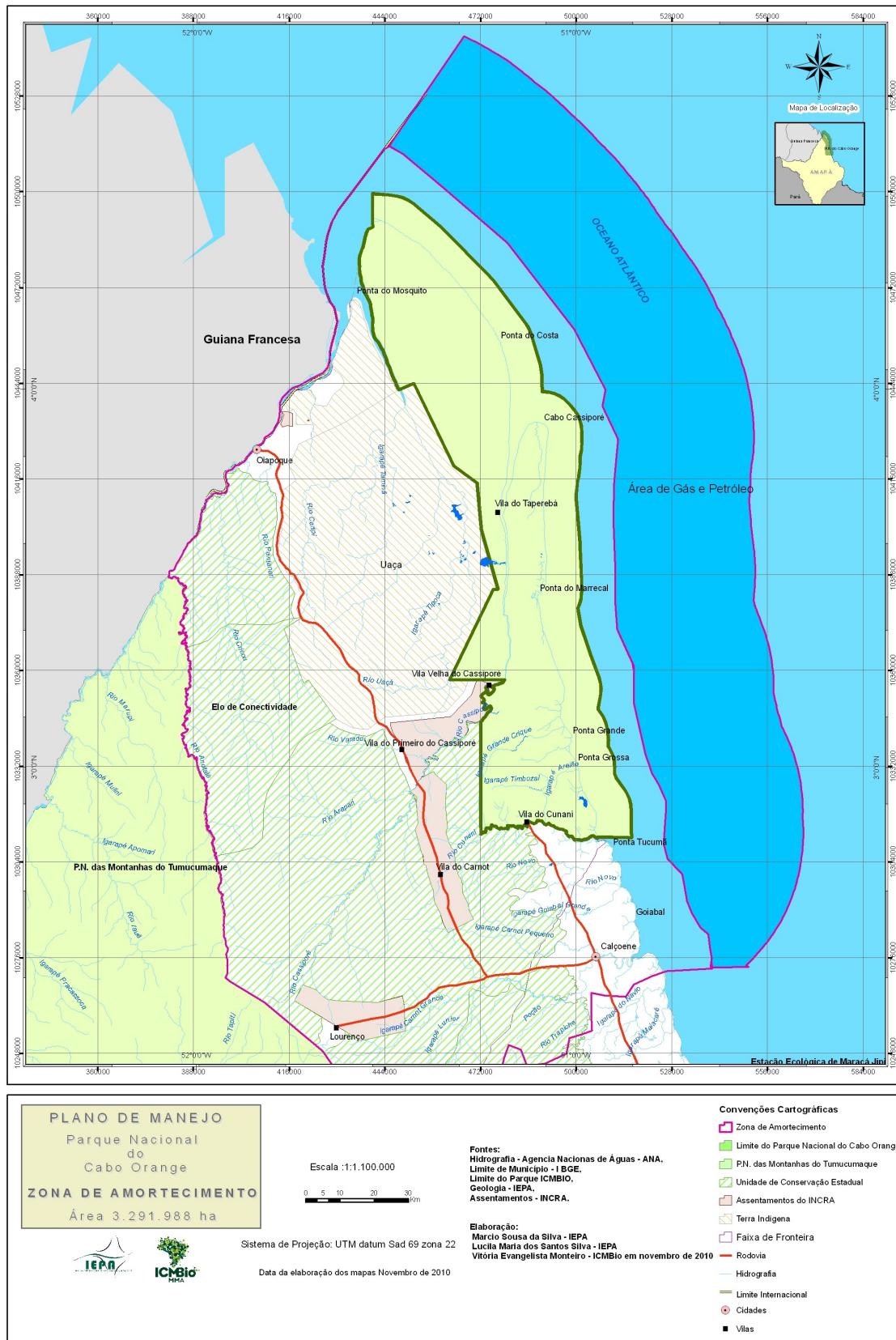
- Orientar a ocupação humana no entorno da Unidade de Conservação, segundo os princípios da sustentabilidade ambiental disciplinando as atividades produtivas, evitando práticas predatórias e estimulando o uso de técnicas sustentáveis, associando desenvolvimento econômico e conservação dos recursos naturais.
- Assegurar a manutenção da conectividade entre as áreas de “Reserva legal” das propriedades rurais do interior da ZA e com o PNCO e por conseguinte, deste com o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), contribuindo significativamente para a implantação do Corredor Ecológico do estado do Amapá.

Descrição do Limite: Em termos gerais a Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Cabo Orange fica determinada pelas bacias dos rios Oiapoque (somente do lado brasileiro), Caciporé, Grande Crique, Uaçá, Cunani e Calçoene e uma faixa de dez quilômetros por fora do limite de sua área marinha, totalizando aproximadamente 2.100.000ha, sem levar em conta a ZA relativa a atividades de Produção e Pesquisa de Gás e óleo, sugerida, onde ficam proibidas tais atividades a menos de 50km (27,0 MN). As áreas de expansão urbana dos municípios de Oiapoque e Calçoene ficam excluídas da Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Cabo Orange.

Normas da Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Cabo Orange

- Fica proibida a atividade de pesca em toda a faixa de 10km (5,4 MN) que contorna a área marinha do PNCO, exceto para as embarcações inscritas na Colônia de Pescadores Z3 de Oiapoque, Colônia de pescadores Z9 do Calçoene e na Cooperativa de Pescadores de Calçoene. Esta atividade será regulada pela direção do PNCO em conjunto com as associações citadas, onde será definido o tamanho máximo das embarcações e das redes, tipo de fio e malha, as quantidades de captura por embarcação, épocas e registros de desembarque.
- As reservas legais das propriedades localizadas no interior desta ZA deverão ser estabelecidas, sempre que possível, de forma a compor corredores ecológicos buscando a conectividade entre si.
- Nos imóveis rurais, os proprietários são obrigados a revegetar com espécies nativas ou permitir regeneração natural das matas ciliares, dentro das Áreas de Preservação Permanente.
- No interior da ZA, o parcelamento do solo, se em área rural, deve obedecer aos “Lotes Mínimos” determinados, pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), se área situada na Faixa de Fronteira, ou pelo Instituto de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (IMAP), se em área Estadual.
- As queimadas para renovação de pasto ou de roças devem ser feitas, quando autorizadas pelo órgão competente, com cuidados e precauções para evitar a perda do controle do fogo.
- É proibida a instalação de indústrias de reciclagem de produtos químicos e outras de alto potencial de poluição.

Figura 4.4: Mapa da Zona de Amortecimento do Parque Nacional do Cabo Orange.



4.2. Normas Gerais do Parque Nacional do Cabo Orange

Além das diretrizes e normas constantes do Decreto Federal Nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, o Parque Nacional do Cabo Orange, possui as seguintes normas específicas:

- São proibidos o ingresso e a permanência na unidade, de pessoas portando armas, materiais ou instrumentos destinados ao corte, caça, pesca ou a quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna ou à flora, exceto de agentes de fiscalização.
 - É permitido o trânsito e acesso, por via aquática aérea ou terrestre, de militares e policiais para a realização de deslocamento, estacionamentos, patrulhamento e demais operações ou atividades, indispensáveis à segurança e integridade do território nacional.
 - O ingresso de militares e policiais no PNCO para a realização de atividades indispensáveis à segurança e integridade do território nacional deverá ser comunicado aos gestores da UC, sempre que possível.
 - É proibido o trânsito de embarcações transportando petrechos de pesca, exceto aquelas destinadas a atividades de pesquisa e monitoramento.
 - O trânsito de embarcações na Zona de uso Extensivo Marinha será permitido apenas quando, navegando no sentido Oiapoque – Calçoene (contrário ao fluxo da corrente das Guianas), exceto as utilizadas oficialmente em atividades de “uso público”, que terão livre trânsito, nesta zona e desde que esteja respeitando os itens constantes destas Normas Gerais e ainda, estar inscrito nas colônias de pesca Z3 de Oiapoque, Colônia de Pescadores Z9 de Calçoene e à Cooperativa de Pescadores de Calçoene, exceto as utilizadas oficialmente em atividades de “uso público”.
 - É proibido transportar Substâncias Químicas Perigosas e ou Resíduos potencialmente danosos ao meio ambiente, no interior do Parque.
- Entende-se por Substâncias Químicas Perigosas, as substâncias em si ou em forma de mistura ou preparação, fabricada ou obtida da natureza, capaz de causar dano a um organismo exposto e/ou ao meio ambiente.
 - Entende-se por Resíduos, os materiais ou substâncias que sejam inservíveis ou não passíveis de aproveitamento econômico, resultantes de atividades de origem industrial, urbana, serviços de saúde, agrícola e comercial dentre os quais se incluem aqueles provenientes de portos, aeroportos e fronteiras, e outros, além dos contaminados por agrotóxicos.

Até que seja possível eliminar as Zonas de Ocupação Temporária, o PNCO deverá estabelecer Termos de Compromisso para regulamentar as atividades nessa zona.

- Não é permitida a expansão das atividades econômicas atualmente desenvolvidas nas zonas de Ocupação Temporária.
- As embarcações autorizadas a navegar no interior do PNCO, deverão estar devidamente habilitadas pela Marinha do Brasil.
- Todas as construções e reformas deverão estar harmonicamente integradas com o meio ambiente.
- É proibido o sobrevôo na área do parque Nacional do Cabo Orange, a uma altura inferior a 800m (2.400 pés) sem autorização prévia da UC.
- Em casos de emergência (resgate e salvamento, combate a incêndios, derramamento de poluentes e casos similares), os servidores e prestadores de serviço, poderão ser convocados para auxiliarem no trabalho. Nestes casos, conforme determinado pelo Estatuto do Servidor Público Federal, os servidores não terão direito a adicional noturno

ou horas extra, devendo gozar folga correspondente às horas trabalhadas logo que possível.

- Não é permitida a delimitação de espaços específicos para práticas religiosas.
- O transporte, a venda e o consumo de bebida alcoólica e de quaisquer outras substâncias consideradas entorpecentes no interior do parque são proibidos. Exceção somente para o consumo de bebida alcoólica em atividades de uso público, no interior de pousadas.
- Não será permitida a realização de eventos de competição esportiva no interior do Parque, que não estejam previstos neste plano de manejo.
- É proibido ao público, entrar no Parque portando armas de fogo, tinta spray, aparelho de som ou outros objetos incompatíveis com a conduta consciente em Unidades de Conservação, salvo quando autorizados previamente pela administração da unidade. Os fiscais e vigilantes poderão solicitar a abertura de bolsas e mochilas e impedir a entrada de tais objetos.
- É vedada a construção de quaisquer obras de engenharia que não sejam de interesse da Unidade, tais como rodovias, barragens, aquedutos, oleodutos, linhas de transmissão, entre outras.
- É permitida a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos para fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como de vias de acesso e demais medidas de infraestrutura e logística necessárias, de forma harmônica com o meio ambiente e compatibilizadas com o zoneamento da UC.
- É proibido fazer marcações ou pichações em pedras, árvores ou qualquer outra estrutura do Parque, natural ou não, exceto quando necessário para a realização de pesquisa e com autorização prévia da administração da Unidade.
- A velocidade máxima de embarcações no interior de igarapés será de 3 nós (milha náutica por hora).
- As embarcações destinadas ao uso público deverão obrigatoriamente, estarem equipadas com protetor de hélices.
- É proibido andar fora das trilhas, abrir e utilizar atalhos.
- Não é permitido alimentar animais silvestres.
- Todo o lixo produzido deve ser trazido de volta das trilhas e disposto nas latas de lixo disponíveis na área de uso público.

Como podemos chegar? Os caminhos escolhidos pelo Parque Nacional do Cabo Orange: Programas de Manejo

Os Programas de manejo agrupam ações gerenciais que buscam o cumprimento dos objetivos estratégicos identificados para o PNCO, que por sua vez levam ao alcance da visão de futuro e ao cumprimento de sua missão. Foram propostos os seguintes programas de manejo:

- Proteção e Manejo do Meio Ambiente.
- Consolidação Territorial.
- Pesquisa e Monitoramento.
- Visitação.
- Integração Externa.

- Operacionalização.

Alguns programas de manejo estão subdivididos em subprogramas. Os programas / subprogramas apresentam a seguinte estrutura: definição, objetivo estratégico atendido pelo programa, indicadores e metas a serem alcançadas e atividades estratégicas a serem desenvolvidas. As atividades foram numeradas sequencialmente (ex. 1, 2, 3...). As atividades podem estar desdobradas em subatividades que também são numeradas sequencialmente (ex. 1.1, 1.2, 1.3...). As normas estão representadas pelo símbolo ». O cumprimento das metas será monitorado através do painel de gestão à vista descrito no Encarte 6.

Programa de Manejo: Proteção e Manejo do Meio Ambiente

Este Programa visa eminentemente à proteção dos recursos naturais englobados pelo PNCO. O maior objetivo é o de se tentar garantir a evolução natural dos ecossistemas ou suas amostras, habitats, biótipos e biocenoses e a manutenção da biodiversidade de tal maneira que estes recursos possam servir à ciência em caráter perpétuo.

Subprograma de Proteção dos Recursos do Parque e Fiscalização

Este subprograma visa garantir a dinâmica dos ecossistemas, a manutenção da biodiversidade no parque e a proteção do patrimônio cultural por meio de ações de controle, fiscalização e monitoramento, do parque e de sua zona de amortecimento, de modo a prevenir e minimizar impactos ambientais. Pretende também coibir ações que comprometam o patrimônio imobiliário e equipamentos existentes em suas instalações.

Atualmente as principais atividades que contribuem para a degradação dos ecossistemas do PNCO são: a pesca industrial, a pesca artesanal, a apanha de caranguejos e a bubalinocultura que utiliza o fogo para manejo de pastagens. Dentre essas atividades, a pesca comercial e a pesca artesanal foram consideradas as mais impactantes, visto que ocorrem com grande frequência na área marinha do PNCO. Segundo a hipótese estratégica descrita no Mapa Estratégico o incremento da fiscalização é fundamental para a diminuição da pressão sobre os recursos naturais do parque, que é um dos grandes objetivos na perspectiva do ambiente. Desse modo, a implementação de um excelente programa de proteção é uma das grandes prioridades nessa fase de implantação no qual se encontra o PNCO. Este subprograma deverá levar em consideração o “**Plano de Proteção**” da Unidade, que está em elaboração.

Na implementação deste Subprograma deverão ser atendidos os parâmetros contidos no Decreto Nº 4.411, de 7 de outubro de 2002, que estabelece as diretrizes de emprego das Forças Armadas e da Polícia Federal nas Unidades de Conservação e o Decreto Nº 4.412, de 7 de outubro de 2002, que estabelece as diretrizes de emprego das Forças Armadas e da Polícia Federal nas Terras Indígenas.

Objetivos Estratégicos Atendidos

- Reduzir a pressão sobre os recursos faunísticos, florísticos e pesqueiros.
- Incrementar a fiscalização.

O cumprimento das metas propostas no item abaixo sinaliza que estes objetivos estratégicos estão sendo atendidos.

Indicadores e Metas

Indicadores	Metas
1. Número de dias de fiscalização em campo/mês.	✓ Realizar quinze dias de atividades de fiscalização ao mês na área do PNCO, de 2008 a 2013.
2. Número de ações de fiscalização na fronteira marinha Brasil-Guiana em cooperação com outras instituições.	✓ Realizar seis ações por ano até 2013.
3. Número de focos de calor detectados (interior e entorno do Parque).	✓ Reduzir em 10% ao ano o número de focos de calor registrados nos últimos três anos.
4. Número de dias de presença de analistas na sede de Taperebá.	✓ 30 dias por mês.
5. Número de dias de presença de analistas na base de Cunani.	✓ 30 dias por mês.
6. Número de dias de presença do barco Peixe-Boi no setor A da área marinha do Parque (do Rio Uaçá ao cabo Cassiporé).	✓ 7 dias por mês.
7. Número de dias de presença do barco Peixe-Boi no setor C da área marinha do Parque (do Igarapé do Marrecal até a foz do Rio Cunani).	✓ 7 dias por mês.

Atividades estratégicas para alcance dos objetivos e metas do subprograma de Proteção dos Recursos do Parque

O Que Fazer	Início	Fim
1. Elaborar o Plano de Proteção e Fiscalização para o PNCO. <ul style="list-style-type: none"> ➤ Para o Plano de Proteção, a área marinha deverá ser trabalhada, considerando três áreas, a saber: <ul style="list-style-type: none"> a) do Rio Uaçá até o Cabo Cassiporé, incluindo a calha do Rio Cassiporé; b) do Cabo Cassiporé ao Igarapé do Marrecal; c) Igarapé do Marrecal à foz do Rio Cunani. ➤ Utilizar ferramentas de rastreamento de embarcações de pesca como subsídio para revisão do plano de proteção. ➤ Definir detalhadamente os períodos e os locais onde a fiscalização se dará com maior intensidade. Priorizar as áreas de desembocaduras dos principais rios e igarapés. 	2008	2013
1.1. Realizar reuniões trimestrais para avaliar a eficácia das ações propostas no Plano de Proteção e realizar as correções de rumo necessárias.		
1.2. Criar um banco de dados georreferenciado para o registro das ações de fiscalização. Norma para a subatividade 1.2: As informações também serão registradas em base cartográfica, inclusive pontos estratégicos, ocorrência de caça, focos de fogo, outros.		
1.3. Avaliar anualmente a eficácia do Plano de Proteção.		
1.4. Mapear todas as atividades rotineiras de proteção utilizando-se a ferramenta de fluxograma, visando compor o Manual de Processos do PNCO.		
1.5. Revisar, sempre que necessário, os processos de fiscalização e os		

O Que Fazer	Início	Fim
<p>Procedimentos Operacionais Padrão, que compõem o Manual de Processos para que estejam constantemente alinhados com o Plano de Proteção.</p> <p>Norma para as subatividades 1.4 e 1.5: serão utilizadas as informações do banco de dados georreferenciado.</p>		
<p>2. Estabelecer instrumento legal entre o ICMBio, as Forças Armadas e a Polícia Federal, para viabilizar, de acordo com a legislação, a realização de atividades conjuntas no combate aos ilícitos ambientais, de modo a permitir a atuação preventiva e repressiva na área do PNCO e na sua zona de amortecimento.</p> <p>2.1. Implantar sistema de troca de informações entre a gerência da UC, o ICMBio, as Forças Armadas e a Polícia Federal, para propiciar a necessária agilidade no trâmite das informações sobre a ocorrência de ilícitos ambientais no PNCO, viabilizando a pronta resposta.</p> <p>2.2. Implantar, quando necessário, a instalação e manutenção de unidades militares e policiais, de equipamentos de fiscalização e apoio à navegação aérea e marítima, bem como das vias de acesso e demais medidas de infraestrutura e logística necessárias, compatibilizadas com o Plano de Manejo da Unidade, quando fora da faixa de fronteira</p>	2008	2013
<p>3. Consolidar parcerias com instituições da Guiana Francesa visando o apoio a atividades de proteção e fiscalização no Rio Oiapoque e na área marinha do Entorno do Parque.</p> <p>Norma para a atividade 3.: para essa atividade deverá ser observado o Protocolo de acordo entre Brasil e França.</p>	2008	2013
4. Consolidar parceria com o PREVFOGO visando a proteção do PNCO.	2008	2013
5. Propor operações conjuntas de fiscalização com a FUNAI nas Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi.	2008	2013
6. Fortalecer a integração com o IBAMA em Oiapoque.	2008	2013
7. Fortalecer a articulação com o INCRA visando combater os crimes ambientais em áreas de assentamento próximas ao PNCO.	2008	2013
8. Apoiar a implantação de um grupo de Agentes Multiplicadores Ambientais nos municípios de Oiapoque e Calçoene.	2010	2011
9. Registrar no SIG as infrações e indícios de crimes ambientais visando subsidiar a revisão anual do Plano de Proteção.	2009	2013
10. Realizar fiscalização sistemática nas calhas dos rios Cassiporé, Cunani, foz do Uaçá e na área marinha do Parque.		
<p>10.1. Desenvolver, um formulário a ser utilizado durante as operações de fiscalização na área marinha do Parque.</p> <p>➤ O formulário deverá registrar as seguintes informações: nome do proprietário da embarcação, localização da abordagem, número de tripulantes, quantidade e tipo de rede, quantidade de pescado, reação da tripulação.</p>	2008	2013
10.2. As informações registradas nos formulários preenchidos durante as operações de fiscalização alimentarão o banco de dados e a base cartográfica.		
<p>11. Realizar fiscalização sistemática do Lago Maruani onde se localiza na zona de Superposição com a área Indígena com o auxílio de indígenas da aldeia Kumarumã.</p> <p>➤ Durante a permanência do analista ambiental nas bases do Taperebá e Cunani, ele deverá realizar a fiscalização dos termos de compromisso estabelecidos.</p>	2009	2013
12. Atualizar anualmente o Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.	2008	2013

O Que Fazer	Início	Fim
12.1. No período de setembro a dezembro, monitorar os focos de calor no entorno imediato do Parque (raio de 10 km a partir de seu limite) e no interior do parque através das informações fornecidas pelo PREVFOGO/INPE.		
12.2. Anualmente contratar, treinar e equipar uma brigada de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.		
12.3. Priorizar no plano de Prevenção e Combate a Incêndios as áreas mais susceptíveis a ocorrência de focos de calor: ao longo do Rio Cassiporé, limite sul (Comunidade de Cunani e Igarapés Cova da Onça), Igarapé do Marrecal e seu entorno e os limites com a Terra Indígena Uaçá.		
12.4. No final das atividades de combate ao fogo, realizar reunião para avaliar a eficácia das ações desenvolvidas no Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais visando melhorar o planejamento do ano seguinte.		
12.5. Articular com a Eletronorte e as Prefeituras Municipais de Oiapoque e Calçoene a criação de uma brigada para prevenção e combate a incêndios, podendo esta eventualmente apoiar as atividades da brigada do PNCO.		
12.6. Estabelecer parcerias com o Exército e com o Corpo de Bombeiros para atuação em situações como controle e combate de incêndios florestais, criação e manutenção de brigadas mirins contra-incêndio, ações de educação ambiental voltadas para a prevenção do fogo no interior e entorno do PNCO.		

Programa Temático de Consolidação Territorial

Este programa tem por objetivo o conhecimento da situação fundiária do PNCO e a definição da estratégia para se ter a posse da área de forma gradativa e priorizada.

O programa é composto pelas seguintes ações finalísticas:

- a) definição de limites da UC;
- b) aquisição de terras e benfeitorias;
- c) reassentamento de populações residentes;
- d) mediação de conflitos socioambientais;
- e) incorporação de terras públicas e
- f) termo de compromisso.

Os limites do PNCO, principalmente em sua porção sudoeste, apresentam divergências na interpretação do memorial descritivo.

Objetivo Estratégico Atendido

- Promover a consolidação territorial.

Como relatado, a bubalinocultura é uma das atividades que contribui para a degradação dos ecossistemas do PNCO. A resolução desse problema depende, fundamentalmente, da consolidação territorial. Somente após a retirada da bubalinocultura é que será possível a recuperação das áreas degradadas. A consolidação também é importante para a redução da pressão sobre os recursos naturais, principalmente na calha do rio Cassiporé, pois irá facilitar o controle sobre o tráfego de embarcações nessa região.

Indicadores e Metas

Indicadores	Metas
1. Percentagem de ocupantes/famílias indenizadas, reassentadas ou retiradas.	✓ 100% até 2013.
2. Número de búfalos ainda existentes na área do parque.	✓ Reduzir em 20% até dezembro de 2008 e em 100% das cabeças de búfalos até dezembro de 2013.

Atividades estratégicas para alcance dos objetivos e metas do Programa Temático de Consolidação Territorial

O Que Fazer	Início	Fim
1. Complementar/finalizar o censo cadastral dos ocupantes do interior do parque por comunidade e por propriedade/posse.	2008	2011
2. Promover o levantamento fundiário (cadeia dominial, benfeitorias) necessário à indenização e, quando for o caso, o reassentamento dos ocupantes.	2008	2011
3. Complementar / finalizar o levantamento socioeconômico dos moradores do interior da UC. <ul style="list-style-type: none"> ➤ Utilizar metodologias participativas nos levantamentos socioeconômicos e ambientais que possibilitem acordar formas de manejo dos recursos naturais menos impactantes para a UC. 	2008	2011
3.1. A partir da finalização do estudo socioeconômico realizar monitoramento visando evitar a ampliação do uso do solo dentro do PNCO (infraestrutura, roça etc.).		
4. Nas áreas de sobreposição com Terra Indígena, deve ser respeitada a decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à administração de áreas sobrepostas, que ficará a cargo do ICMBio, sempre ouvindo as populações indígenas e a FUNAI, buscando o cumprimento da Missão do PN e ainda uma parceria de vizinhança positiva e de cooperação. <ul style="list-style-type: none"> ➤ Sempre que possível buscar o consenso que respeite os direitos indígenas e os objetivos do PNCO na gestão da Zona de Superposição Indígena. 	2008	2010
5. Até que a regularização fundiária seja concluída, estabelecer um Termo de Compromisso (TC) com os moradores do interior do Parque: Vila Taperebá, ocupantes das margens do Rio Cassiporé, Vila do Cunani e ocupantes da margem esquerda do rio Cunani. <ul style="list-style-type: none"> ➤ Apresentar ao Conselho Consultivo um esboço dos TC para discussão. ➤ Apresentar e discutir as minutas dos TC com as comunidades. ➤ Envolver o Ministério Público Federal nos ajustes finais dos TC. ➤ Priorizar a elaboração de Termos de Compromisso nas comunidades de Vila Taperebá, ocupantes das margens dos Rios Cassiporé e Cunani, Vila do Cunani. ➤ Fiscalizar regularmente os termos de compromisso assinados. 	2008	2011
5.1. Realizar solenidades para assinatura dos TC com todos os envolvidos, de		

O Que Fazer	Início	Fim
preferência na comunidade de Cunani e de Taperebá.		
6. Acompanhar o processo de indenização dos proprietários e ocupantes por seus títulos e benfeitorias e, quando for o caso, reassentar. <ul style="list-style-type: none"> ➤ Realizar reuniões entre o INCRA, ICMBio e ocupantes para definição do processo de reassentamento e indenizações. ➤ Se as áreas identificadas para o reassentamento estiverem próximas às terras indígenas, suas lideranças e a FUNAI deverão ser envolvidas nas discussões. ➤ As áreas para reassentamento, a serem identificadas com cooperação do INCRA, devem ser adequadas às necessidades das comunidades/ocupantes e devem, preferencialmente, promover a melhoria de suas condições de vida. ➤ Envolver o Conselho Consultivo no acompanhamento dos processos de consolidação territorial. 	2009	2013
7. Acompanhar os processos de consolidação territorial das propriedades particulares do interior do PNCO e emitir parecer quando necessário.	2008	-
8. Promover a matrícula das áreas da união inseridas na UC para o ICMBio.	-	-
9. Ampliação: 1) Propor a ampliação dos limites do Parque, pela margem direita do rio Cassiporé, partindo da picada do Colônia até o igarapé Gaspar, afluente da margem direita do rio Cassiporé, seguindo até sua nascente por sua margem esquerda e daí, seguir em direção ao rio Cunani, visando proteger integralmente a bacia do igarapé Grande Crique. 2) Propor a ampliação dos limites do Parque em áreas descontínuas abrangendo a ilha do Junco, Ilha dos Portugueses, ilha do Porco e ilha dos Papagaios.	2009	-
9.1. Elaborar mapa georreferenciado da área proposta.		
9.2. Elaborar parecer embasando tecnicamente a proposta de ampliação.		
10. Demarcar a área do PNCO.		
10.1. Realizar a consolidação dos limites do PNCO tendo em vista que existem pelo menos três diferentes interpretações de seu memorial descritivo. <ul style="list-style-type: none"> ➤ A consolidação dos limites deverá tomar por base o limite utilizado nos mapas temáticos do plano de manejo. 		
10.2. Readequar o relatório final de levantamento fundiário do PNCO em função da nova definição de seus limites.	2009	2011
10.3. Elaborar e implementar projeto de sinalização dos limites do PNCO.		
10.4. Elaborar e implementar projeto de demarcação física dos limites da porção terrestre do PNCO.		
10.5. Implementar o projeto de sinalização da porção marinha do PNCO através de bóias ou outras estruturas quaisquer que melhor possam adequar as necessidades da área.		
11. Demarcar a área do PNCO	2009	2011
11.1. Elaborar mapa de limites do PNCO. <ul style="list-style-type: none"> ➤ A consolidação dos limites deverá tomar por base o limite utilizado nos mapas temáticos do plano de manejo. 		
11.2. Readequar o relatório final de levantamento fundiário do PNCO em função do mapa elaborado.		
11.3. Elaborar e implementar projeto de sinalização dos limites do PNCO.		
11.4. Elaborar e implementar projeto de demarcação física dos limites da porção terrestre do PNCO.		
11.5. Implementar o projeto de sinalização da porção marinha do PNCO através de bóias ou outras estruturas quaisquer que melhor possam adequar as		

O Que Fazer	Início	Fim
necessidades da área.		

Programa Temático de Integração Externa

Este programa busca reduzir os impactos ambientais ocorridos na zona de amortecimento do PNCO, por meio de políticas de relacionamento com os segmentos sociais do entorno. Visa também, através dessa política de relacionamento, diminuir a pressão sobre os recursos naturais do PNCO. As atividades desenvolvidas deverão contribuir para a melhoria da imagem do Parque e para a divulgação das ações desenvolvidas, buscando uma maior relação das comunidades vizinhas com a unidade. Visa, ainda, criar e/ou incrementar uma relação de respeito e proteção aos recursos naturais e culturais do parque e da zona de amortecimento. Nesse programa de manejo optou-se por listar todas as atividades em conjunto no escopo de um grande programa de Integração Externa, sem a separação por subprogramas.

As atividades listadas estão concentradas na melhoria da atuação do conselho, no fortalecimento das relações do PNCO com outras instituições de entorno e no apoio às associações presentes nas comunidades do entorno do Parque. Este apoio se expressa em ações voltadas a captar e gerir projetos de geração de emprego e renda e de melhoria da qualidade ambiental, bem como qualificá-las para uma participação ativa no Conselho Consultivo e, conseqüentemente, para uma efetiva gestão participativa do Parque.

O estabelecimento de parcerias para as atividades da UC e entorno serão pautadas no Manual de Convênios, Contratos de Repasse, Termos de Cooperação, Termos de Parceria e Termos de Reciprocidade do ICMBio, que tem como base o Decreto Nº 6.170/2007 e a Portaria Interministerial Nº 127/2008, e demais legislações aplicáveis.

Objetivo Estratégico Pretendido

- Integrar o parque com o entorno.

O cumprimento das metas propostas no item abaixo sinaliza que este objetivo estratégico está sendo atendido.

Indicadores e Metas

Indicadores	Metas
1. Quórum nas reuniões do conselho em porcentagem.	✓ 70% de quórum nas reuniões do conselho.
2. Porcentagem das demandas acordadas no conselho que foram encaminhadas.	✓ 100% das demandas encaminhadas por cada reunião.
3. Índice de satisfação dos conselheiros por reunião.	✓ 70% de conselheiros responderam que a reunião foi boa (escala: boa, média, ruim).
4. Número de projetos elaborados e em execução na área de entorno do PNCO.	✓ 4 projetos por ano.
5. Número de associações em condições de executar projetos.	✓ 1 novas associação apta a executar projetos a cada ano.
6. Número de ações executadas do Programa OYANA	✓ 3 ações por trimestre, até 2011.

Atividades estratégicas para alcance dos objetivos e metas do Programa Temático de Integração Externa

O Que Fazer	Início	Fim
1. Apoiar e incentivar a capacitação de interessados sobre a criação e o funcionamento de associações. ➤ Só serão apoiadas associações que estejam de acordo com os objetivos de manejo do PNCO.	2009	2013
2. Apoiar ações para a organização/fortalecimento das associações/colônias de pescadores de Calçoene e Oiapoque visando prepará-las para execução de projetos e para a captação de recursos. 2.1. Apoiar projetos para modernização da frota pesqueira, melhoria dos processos de armazenamento, comercialização visando agregar valor ao pescado e diminuir a pressão de pesca sobre o Parque.	2009	2013
3. Apoiar a elaboração de projetos que estimulem o uso racional do entorno, tais como manejo de fauna silvestre, de caranguejos, piscicultura e sistemas agroflorestais em assentamentos, remanescentes de quilombos e terras indígenas. 3.1. Contatar instituições governamentais e não governamentais que possam ser parceiras na elaboração e execução desses projetos. 3.2. Apoiar o encaminhamento desses projetos para as principais fontes financiadoras.	2009	2013
4. Promover ações conjuntas com instituições privadas com o objetivo de obter apoio para executar atividades cooperadas que estimulem o desenvolvimento regional com princípios de sustentabilidade socioambiental no entorno do PNCO.	2009	2013
5. Ampliar o PNCO ou incentivar e apoiar a criação de uma unidade de conservação no complexo insular da Ilha do papagaio localizada na foz do rio Oiapoque ou anexá-lo ao Parque.	2008	-
6. Incentivar e apoiar o “Ordenamento Pesqueiro” do entorno da área marinha do Parque e do da criação do Refúgio de Vida Silvestre da ilha dos Papagaios (ou ampliação do PNCO).	2008	-
7. Promover ações de articulação institucional nacional e internacional para viabilizar a conservação da diversidade socioambiental da região norte do Amapá. ➤ Sempre que possível envolver as áreas do PNCO, Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Floresta Nacional do Amapá, Parque Natural Regional da Guiana, Parque Nacional Amazônico da Guiana, Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca, REBIO do Lago Piratuba, Terras indígenas (Uaçá, Galibi e Juminã), Quilombo do Cunani, Florestas de Produção do Amapá. 7.1. Promover ações conjuntas com instituições públicas e privadas da Guiana Francesa com o objetivo de obter capacitação técnica, desenvolver políticas públicas para a área de fronteira Brasil-Guiana Francesa e executar atividades cooperadas que visem minimizar ou inibir as atividades predatórias dentro do Parque e no seu entorno.	2008	-
8. Apoiar programas de capacitação de instituições envolvidas com fiscalização	2008	-
9. Articular o apoio das prefeituras de Oiapoque e Calçoene e demais órgãos governamentais para a gestão do PNCO (recursos humanos, educação ambiental e outros).	2008	2013
10. Elaborar o Plano de Comunicação e Marketing.	2009	2013

O Que Fazer	Início	Fim
<p>➤ O Plano deverá divulgar as ações realizadas pelo PNCO, divulgar a importância da conservação do meio ambiente nas comunidades do entorno do parque, estabelecer um projeto de identidade visual, uma estratégia de divulgação nacional e internacional das atividades de visitação e de gestão compartilhada com o conselho consultivo, e as campanhas para a prevenção de incêndios florestais.</p> <p>10.1. Produzir e distribuir os materiais de divulgação previstos no Plano de Comunicação e Marketing.</p>		
<p>11. Fortalecer o conselho consultivo do PNCO.</p> <p>➤ Realizar as reuniões do Conselho Consultivo, de forma alternada, nas diversas comunidades do entorno e nas bases/sede do PNCO.</p>		
11.1. Elaborar um Plano de Capacitação para os conselheiros do PNCO.	2008	2013
11.2. Incentivar e apoiar o intercambio entre conselheiros de outras UC.		
11.3. Realizar ações de fortalecimento comunitário visando uma participação qualificada na gestão compartilhada da UC.		
11.4. Realizar visitas institucionais às entidades governamentais visando uma participação qualificada na gestão compartilhada da UC.		

Programa Temático de Conscientização Ambiental

Este programa visa criar e/ou incrementar atitudes de respeito e proteção aos recursos naturais e culturais do PNCO e de sua zona de amortecimento. Seu maior objetivo é a integração do PNCO no contexto educacional da região, através do desenvolvimento de ações que visem à conscientização para a causa ambiental. Suas atividades e normas tratam do desenvolvimento da consciência crítica sobre a problemática ambiental, levando ao desenvolvimento de atitudes que auxiliem na conservação dos recursos naturais.

Destina-se principalmente aos dirigentes e às comunidades dos municípios vizinhos ao PNCO e especialmente aos moradores do interior/circunvizinhança, visando à formação de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, de modo a promover a participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

Objetivos Estratégicos Atendidos

- Reduzir a pressão sobre os recursos faunísticos, florísticos e pesqueiros.
- Integrar o parque com o entorno.

Indicadores e Metas

Indicadores	Metas
1. Número de eventos de educação ambiental realizados	✓ -

Atividades estratégicas para alcance dos objetivos e metas do Programa Temático de Conscientização Ambiental

O Que Fazer	Parcerias Potenciais	Início	Fim
1. Elaborar o Plano de Educação Ambiental para o PNCO. <ul style="list-style-type: none"> ➤ O Plano deverá abordar fortalecimento da organização comunitária, capacitação dos professores das comunidades de entorno dos municípios de Oiapoque e Calçoene, uso sustentável dos recursos naturais, fomentar a formação de agentes multiplicadores ambientais e as atividades de educação ambiental voltadas para o visitante. 	SETUR, prefeituras, UNIFAP, EMBRATUR, SEBRAE e instituições públicas e privadas da Guiana	2009	2013
2. Articular com instituições a realização de curso de pedagogia de projetos em temas ambientais para docentes da rede pública de ensino nos Municípios de Oiapoque e Calçoene. <ul style="list-style-type: none"> ➤ Envolver as prefeituras e as universidades interessadas. 	Coord. de EA, UNIFAP e demais universidades e prefeituras	2009	2011
3. Apoiar a implantação de uma agenda escolar de ações de sensibilização ambiental para as comunidades dos Municípios de Oiapoque e Calçoene.	Coord. de EA, Prefeituras, ONGs, e Escolas Estaduais	Anual	-
4. Apoiar a estruturação de Núcleos de Educação Ambiental na gestão municipal de Oiapoque e Calçoene.	Prefeituras	2009	2012
5. Apoiar a formação de agentes ambientais comunitários nos municípios de Oiapoque e Calçoene, através do programa estadual da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.	Prefeituras e Sema Amapá	2009	2012
6. Estimular a implantação de um programa de “extensionismo ambiental” (difusão de práticas ambientais sustentáveis) na gestão municipal de Oiapoque e Calçoene.	PNCO e SENAR, SEBRAE	2009	2012
7. Realizar oficinas de diagnóstico participativo para a identificação de ações a serem realizadas no âmbito ambiental para a zona rural (assentamentos, quilombolas e indígenas) dos Municípios de Oiapoque e Calçoene.	PNCO, prefeituras, FUNAI, INCRA e CONPARNA	2009	2012
8. Apoiar a realização de expedições acadêmicas pelas universidades interessadas no PNCO.	PNCO, UNIFAP e universidades e CONPARNA	2010	2012
9. Articular com instituições parceiras curso sobre o manejo sustentável dos recursos pesqueiros para as colônias de Oiapoque (Z-03) e Calçoene (Z-09).	PNCO, PESCAP, CEPNOR, UEAP e CONPARNA, Minist. da Pesca	Anual	-
10. Apoiar a implantação de espaços de difusão da educação ambiental (bibliotecas e outros) nos Municípios de Calçoene e Oiapoque.	PNCO	Anual	-
11. Elaborar materiais educacionais e de divulgação do PNCO voltadas para a temática de Ed. Ambiental (Atlas escolar do PNCO e outros). <ul style="list-style-type: none"> ➤ O atlas deverá ter duas versões: técnica e outra voltada às escolas. 	PNCO e UNIFAP	2009	2011
12. Articular ações conjuntas de educação ambiental com as autoridades da Guiana envolvidas na área	PNCO e instituições ambientais da	2008	-

O Que Fazer	Parcerias Potenciais	Início	Fim
ambiental	Guiana		

Programa de Visitação

Este programa tem como objetivo ordenar, orientar e direcionar o uso do parque pelo público, promovendo o conhecimento do meio ambiente como um todo e, principalmente, do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, focando o PNCO e seu entorno. Este programa abordará, também ações relacionadas à recepção e atendimento aos visitantes.

Objetivo Estratégico Atendido

- Estimular o desenvolvimento de um turismo qualificado.

Nossa hipótese estratégica descrita no Mapa Estratégico é que o estímulo ao desenvolvimento de um turismo qualificado (visitação ao PNCO), ou seja, um turismo voltado para pessoas que desejam vivenciar a natureza possa se converter numa fonte de renda e emprego nas as comunidades de entorno do Parque. Com isso, consegue-se uma maior integração do parque com essas comunidades e, conseqüentemente, uma maior valorização da unidade por parte dessas comunidades.

Entretanto, é necessário considerar que o PNCO é um parque, até o presente momento, fechado a visitação, portanto, sem informações quanto à viabilidade econômica da atividade tanto no entorno quanto no interior do Parque. Assim, o Programa de visitação do PNCO se consolidará após os resultados do Projeto de Pesquisa Tartaruga Imbricata – Projeto de turismo de base comunitária que tem, dentre seus atuais objetivos, o estabelecimento da viabilidade econômica do turismo no PNCO e entorno.

Indicadores e Metas

Indicadores	Metas
1. Número de turistas recebidos anualmente no PNCO.	✓ Receber 100 turistas em 2009, 200 em 2010 e 500 a partir de 2011.

Os atrativos e roteiros turísticos identificados no PNCO são:

No trabalho preliminar foram identificados 37 atrativos turísticos no PNCO que podem ser agrupados em três roteiros potenciais para visitação: região do Cunani, região do Baixo Rio Cassiporé e região de Vila Velha.

Região do Cunani: foram identificados 15 atrativos turísticos potenciais:

- 1) Comunidade do Cunani.
- 2) Passeio de barco pelo Rio Cunani.
- 3) Visita às cachoeiras do rio Cunani.
- 4) Observação de jacaré no Lago do Tralhoto.

- 5) Visita à fábrica de palmito da Fazenda Tucuman.
- 6) Pesque e come com a comunidade do Cunani.
- 7) Passeio na praia da boca do rio Cunani.
- 8) Sítio Cerimonial – Arqueológico (Monte Couru).
- 9) Visita ao Igarapé do Marrecal.
- 10) Recolher lixo na praia da foz do Marrecal.
- 11) Passeio à noite (Cunani).
- 12) Passeio no lago do Igarapé Cova da Onça.
- 13) Passeio no Igarapé do Peixe-boi.
- 14) Passeio no Igarapé do Papagaio.

Região do Baixo Rio Cassiporé: foram identificados 4 atrativos turísticos potenciais

- 1) Observação de ninhais.
- 2) Observação de Jacaré no lago Maruani.
- 3) Atividades com pequenos barcos a vela.
- 4) Visita aos ninhais localizados dentro das propriedades ao longo do rio Cassiporé.

Região de Vila Velha: foram identificados 13 atrativos turísticos potenciais.

- 1) Comunidade de Vila Velha do Cassiporé.
- 2) Observação de aves nas Trilhas dos lagos Puxador 1, Puxador 2 e Puxador 3.
- 3) Trilha do Igarapé Grande.
- 4) Trilha do lago do Bacabal.
- 5) Acompanhamento de atividades de pesquisa, manejo e conservação de fauna (jacaré, tartaruga).
- 6) Observação de ninhais de tuiuiú no Igarapé Bibiana.
- 7) Observação de ninhais na Fazenda Santa Inês.
- 8) Acompanhamento da produção do cacau/chocolate.
- 9) Observação de jacaré no Lago do Bacabal.
- 10) Visita as cachoeiras do rio Cassiporé.
- 11) Observação da Pororoca.
- 12) Atividades com pequenos barcos a vela.
- 13) Visita aos ninhais localizados dentro das propriedades ao longo do rio Cassiporé.

Além desses, foram identificados quatro atrativos em outros locais do PNCO e quatro no entorno.

- 1) Colheita de açaí / bacaba.
- 2) Fabricação de farinha.

- 3) Observação da Pororoca (Taperebá).
- 4) Observação de pegadas de onças e outros animais.
- 5) Museu Kuahí dos Povos Indígenas do Oiapoque. (Oiapoque)
- 6) Cachoeira Grand Roche. (Oiapoque)
- 7) Observação de fauna sub-aquática no Rio Novo (ramal para a vila de Cunani).
- 8) Sítio Arqueológico de Calçoene (ramal para a vila de Cunani)

Atividades estratégicas para alcance dos objetivos e metas do Programa de Visitação

O Que Fazer	Início	Fim
1. Concluir o Projeto de Pesquisa Tartaruga Imbricata.		
1.1. Articular para ampliar o quadro de parcerias do Projeto visando alcançar seus objetivos, bem como seu fortalecimento com as comunidades do entorno.	2008	2010
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os resultados deste Projeto deverão subsidiar a proposta de uso público do PNCO. 		
2. Elaborar o Programa de uso público do PNCO.		
<ul style="list-style-type: none"> ➤ O programa de uso público do PNCO terá por característica o turismo de base comunitária. ➤ Para a implementação das atividades de visitação, o PNCO deverá contar com o apoio da Coordenadoria Geral de Visitação (CGVIS) do ICMBio. ➤ Deverá ser elaborado estudo de capacidade de carga para todas as atividades de uso público previstas para o PNCO ➤ As atividades de uso público do PNCO deverão estar em consonância com as atividades propostas pelo Projeto de Pesquisa Tartaruga Imbricata, para as comunidades de entorno. ➤ O Programa de Uso Público deverá, ainda, considerar os pontos atrativos turísticos levantados para este plano de manejo. 	2011	-

Programa Temático de Pesquisa e Monitoramento

O conhecimento científico é uma das principais ferramentas para o estabelecimento das ações de manejo e para o cumprimento dos objetivos de criação de uma unidade de conservação. O objetivo primordial é proporcionar subsídios mais detalhados para a proteção e o manejo ambiental do PNCO. As atividades e normas têm o objetivo de orientar as áreas temáticas das investigações científicas e os pesquisadores, visando obter os conhecimentos necessários ao melhor manejo do parque. É constituído dos subprogramas de Pesquisas e de Monitoramento Ecológico, que nesse plano de manejo foram tratados em conjunto.

Toda e qualquer pesquisa a ser desenvolvida na UC deverá ser autorizada previamente pelo ICMBio, por meio do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) e, necessariamente, precisará obedecer às normas gerais do presente plano de manejo e à legislação vigente incluindo a necessária submissão à anuência prévia do Conselho de Defesa Nacional, para a realização de expedições científicas, com participação de estrangeiros, por se tratar de Faixa de Fronteira (Decreto 98.830, de 15/01 1990).

O pesquisador deverá ser vinculado ou indicado por uma instituição de pesquisa. No caso de atividades com finalidade didática, no âmbito do ensino superior, o professor deverá ter vínculo à instituição que realiza ensino ou pesquisa. Publicações derivadas da área da EERA deverão citar o ICMBio como instituição gestora. Os relatórios serão anexados em formato digital pelo

SISBIO. O material biológico coletado, quando for o caso, obrigatoriamente será destinado a coleções científicas, preferencialmente registradas no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Objetivos Estratégicos Atendidos

- Incentivar pesquisas.
- Recuperar áreas degradadas/afetadas pela bubalinocultura.

Como visualizado no Mapa Estratégico, a hipótese estratégica é que o incentivo às pesquisas forneça subsídios para a recuperação das áreas degradadas no interior do parque. Também se supõe que as pesquisas possam fornecer informações que permitam melhorar o manejo dos recursos naturais do parque com conseqüente redução da pressão sobre eles.

O incentivo e o incremento das pesquisas dependem da consolidação e implantação do plano de manejo e do aumento da eficiência na utilização dos recursos, o que permitirá um maior apoio do PNCO aos projetos de pesquisa (Tabela 4.3).

Indicadores e Metas

Indicadores	Metas
1. Número de pesquisas realizadas anualmente.	✓ Incentivar a realização de 04 projetos de pesquisa por ano até 2011.
2. Numero de instituições envolvidas em pesquisa anualmente.	✓ Incentivar a participação anual de 12 entidades públicas e privadas em pesquisas até 2013.

Tabela 4.3: Lista de pesquisas prioritárias a serem realizadas no Parque Nacional do Cabo Orange.

Pesquisas	
Prioridade 1	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Pesquisa sobre o estoque pesqueiro (marinho, fluvial e lacustre). ❖ Pesquisa sobre época de maturação dos estoques pesqueiros. ❖ Realizar diagnóstico sobre caça de subsistência, amadora e comercial. ❖ Levantar e avaliar áreas de maior pressão de caça. ❖ Realizar pesquisas sobre recuperação de áreas degradadas pela bubalinocultura. ❖ Estudo sobre manejo de espécies que apresentem decréscimo ou acréscimo populacional muito alto. ❖ Pesquisa e monitoramento da qualidade das águas fluviais do interior e entorno do Parque, principalmente no referente a presença de metais pesados. ❖ Pesquisa epidemiológica sobre doenças provenientes da relação de contato entre animais silvestres e domésticos. ❖ Pesquisas de levantamento populacional e manejo de macaco-cuxiú-preto <i>Chiropotes satanus</i> no interior e entorno. ❖ Pesquisas de levantamento populacional e manejo de répteis e anfíbios no interior e entorno. ❖ Pesquisas sobre aves migratórias. ❖ Realizar pesquisas arqueológicas no litoral, no lago Tralhoto (ilha das

Pesquisas

cabaças) e Igarapé Grande Crique (ilha das cabaças).

- ❖ Estudos de climatologia através da implantação de estação meteorológica.
- ❖ Pesquisa sobre os mitos e lendas associadas à região onde está inserido o Parque.
- ❖ Pesquisas sobre o patrimônio imaterial do Parque.
- ❖ Pesquisas que subsidiem a elaboração de um Plano de Uso Público para o Parque.

Prioridade 2

- ❖ Dar continuidade às pesquisas históricas em Vila Velha e Cunani.
- ❖ Incentivar pesquisas que identifiquem áreas de importância para o turismo de observação de aves.
- ❖ Pesquisa sobre mecanismos impeditivos do uso de rede de pesca.
- ❖ Pesquisa sobre onça (levantamento, monitoramento e medidas de manejo) e os impactos relacionados às atividades antrópicas.
- ❖ Pesquisas de levantamento populacional e manejo de ariranha no interior e entorno.
- ❖ Pesquisas de levantamento populacional e manejo de canídeos no interior e entorno.
- ❖ Pesquisas de levantamento populacional e manejo de *Podocnemis unifilis*.
- ❖ Pesquisas sobre a história da região onde está inserido o Parque.
- ❖ Pesquisas sobre insetos polinizadores.
- ❖ Pesquisas sobre o etnoconhecimento das populações tradicionais e populações do entorno do Parque referente a aspectos naturais e culturais.
- ❖ Realizar caracterização de mamíferos de pequeno, médio e grande porte.
- ❖ Realizar pesquisas que visem a conservação dos sítios arqueológicos e que sugiram técnicas de restauro necessários.

Prioridade 3

- ❖ Avaliar os impactos causados pela ação antrópica sobre os mamíferos considerando-se a diversidade entre as unidades de paisagem.
- ❖ Estudos sobre manejo de fauna no entorno.
- ❖ Monitoramento da erosão e deposição de sedimentos no Parque Nacional do Cabo Orange.
- ❖ Pesquisa sobre o manejo de caranguejos no interior e entorno do Parque.
- ❖ Pesquisas de levantamento populacional e manejo de cervídeos no interior e entorno.
- ❖ Pesquisas de levantamento populacional e manejo de lontra no interior e entorno.
- ❖ Pesquisas de levantamento populacional e manejo de mamíferos aquáticos no interior e entorno.
- ❖ Pesquisas de levantamento populacional e manejo de tamanduás no interior e entorno.
- ❖ Pesquisas de levantamento populacional e manejo de tatu canastra no interior e entorno.
- ❖ Pesquisas mais aprofundadas da família Simuliidae (transmissora de doenças).
- ❖ Pesquisas sobre ninhais (localização, período, etc).
- ❖ Realizar diagnóstico de potencial comercial das espécies do entorno.
- ❖ Realizar pelo menos mais duas expedições em terra firme e campos alagados.
- ❖ Verificar o grau de conservação das comunidades animais.
- ❖ Avaliar os impactos causados pela ação antrópica no ecossistema durante a extração do cacau pela Comunidade de Vila Velha.
- ❖ Avaliar os impactos da presença dos cacauzeiros no ecossistema nativo.
- ❖ Pesquisa sobre metodologias de recuperação de áreas degradadas pela

Pesquisas

bubalinocultura.

Atividades estratégicas para alcance dos objetivos e metas do Programa Temático de Pesquisa e Monitoramento

O Que Fazer	Início	Fim
1. Incentivar a realização das pesquisas definidas como prioritárias. ➤ As pesquisas prioritárias deverão ter preferência para receber o apoio logístico do Parque.	2008	2013
2. Envolver ribeirinhos e populações do entorno nos trabalhos de pesquisa e manejo de fauna.	2008	2013
3. Elaborar e implementar projetos de recuperação das áreas degradadas pela bubalinocultura, nas áreas da calha dos rios Cassiporé (Taperebá e Vila Velha), Cunani e Cova da Onça. ➤ Considerar a possibilidade de recuperação natural.	Após consolidação Territorial	-
4. Produzir material de divulgação do PNCO como área potencial para pesquisas e enviá-lo às instituições de pesquisa e ensino no Brasil e na França.	2009	2013
5. Estabelecer parceria com os Centro Especializados do IBAMA e ICMBio e instituições de pesquisas nacionais e internacionais visando incentivar a pesquisa no Parque.	2009	2013
6. Apoiar a prefeitura de Calçoene na elaboração de um plano de visitação ordenada de seus sítios arqueológicos.	2010	-
7. Integrar as atividades de pesquisa com as atividades de uso público (turismo científico), sempre que possível.	2011	2013
8. Todas as pesquisas deverão ser supervisionadas pela coordenação de pesquisas do PNCO de acordo com as Instruções Normativas que versam sobre este tema. ➤ Os relatórios parciais e finais das pesquisas devem ser entregues para a UC. ➤ Caso a pesquisa esteja relacionada a alguma comunidade, os pesquisadores devem apresentá-la a mesma em linguagem simples e de fácil entendimento.	2008	2013
9. Quando a UC for proponente ou parceira de projetos de pesquisa deverá, sempre que possível, buscar fontes financiadoras para a sua realização.		
9.1. Todo o andamento dos projetos de pesquisas (fases, etapas, cronogramas etc) e os resultados finais, deverão ser registrados no banco de dados do PNCO para o devido acompanhamento e alimentação do acervo científico do PNCO, respectivamente.	2008	2013

Programa Temático de Operacionalização

Este programa temático destina-se a assegurar o funcionamento do PNCO, garantindo a estrutura, os equipamentos e a força de trabalho necessária para o desenvolvimento dos programas fins.

Objetivos Estratégicos Atendidos

- Capacitar a equipe com ênfase nas temáticas: geoprocessamento, fiscalização, utilização de equipamentos (comunicação, transporte etc.), uso público, educação ambiental, metodologias participativas e em idioma inglês e francês.
- Aumentar a eficiência na utilização dos recursos.

Subprograma de Administração e Manutenção

O seu objetivo é garantir o funcionamento do PNCO. Suas atividades e normas relacionam-se à organização, ao controle, à manutenção da área, e à monitoria da Unidade. Também tratará dos recursos humanos necessários e a forma como vão ser obtidos e capacitados, bem como estabelecido um programa de manutenção de infraestrutura e equipamento.

Objetivo Estratégico Atendido

- Atende a todos os objetivos estratégicos do PNCO e em especial ao de capacitar a equipe, com ênfase nas temáticas: geoprocessamento, fiscalização, utilização de equipamentos (comunicação, transporte, etc.), uso público, educação ambiental, metodologias participativas, manejo de fauna e em idioma inglês e francês.

Indicadores e Metas

Indicadores	Metas
1. Número de horas de capacitação por servidor/ano.	✓ No mínimo 120h capacitação/ano para os analistas ambientais.
2. Pontuação obtida no instrumento de auto-avaliação do Gespública.	✓ Obter, no mínimo, 180 pontos na auto-avaliação, utilizando o instrumento de 250 pontos do Gespública, até dezembro de 2009. ✓ Obter 400 pontos até 2013.

Estrutura Organizacional proposta para o Parque Nacional do Cabo Orange

A estrutura organizacional proposta no plano de manejo incorporou a lógica da gestão por processos. Esse modelo de gestão preconiza a visão integrada de todas as atividades, bem como busca aumentar os níveis de desempenho na medida em que privilegia aspectos sobre como as diversas equipes podem executar melhor as atividades dos processos sob sua responsabilidade.

Os processos finalísticos (aqueles relacionados às atividades fins da organização: proteção, pesquisa e monitoramento, visitação, integração externa) e os principais processos de apoio administrativo (manutenção, compras, gestão de pessoas, controle de patrimônio,) são executados seguindo o Manual de Processos que apresenta de forma detalhada, os procedimentos para a realização dos processos críticos identificados.

São propostas 6 coordenações. As coordenações apresentam subcoordenações que tratam de temas específicos. Como a equipe de analistas ambientais do ICMBio é reduzida, cada técnico participa em várias coordenações e sub-coordenações. Cada Coordenação constitui em uma área de resultado que congrega os principais processos a ela relacionada. A estrutura organizacional do PNCO está apresentada na Figura 4.4 e as competências de cada coordenação na Tabela 4.4.

Figura 4.5: Estrutura organizacional do Parque Nacional do Cabo Orange.

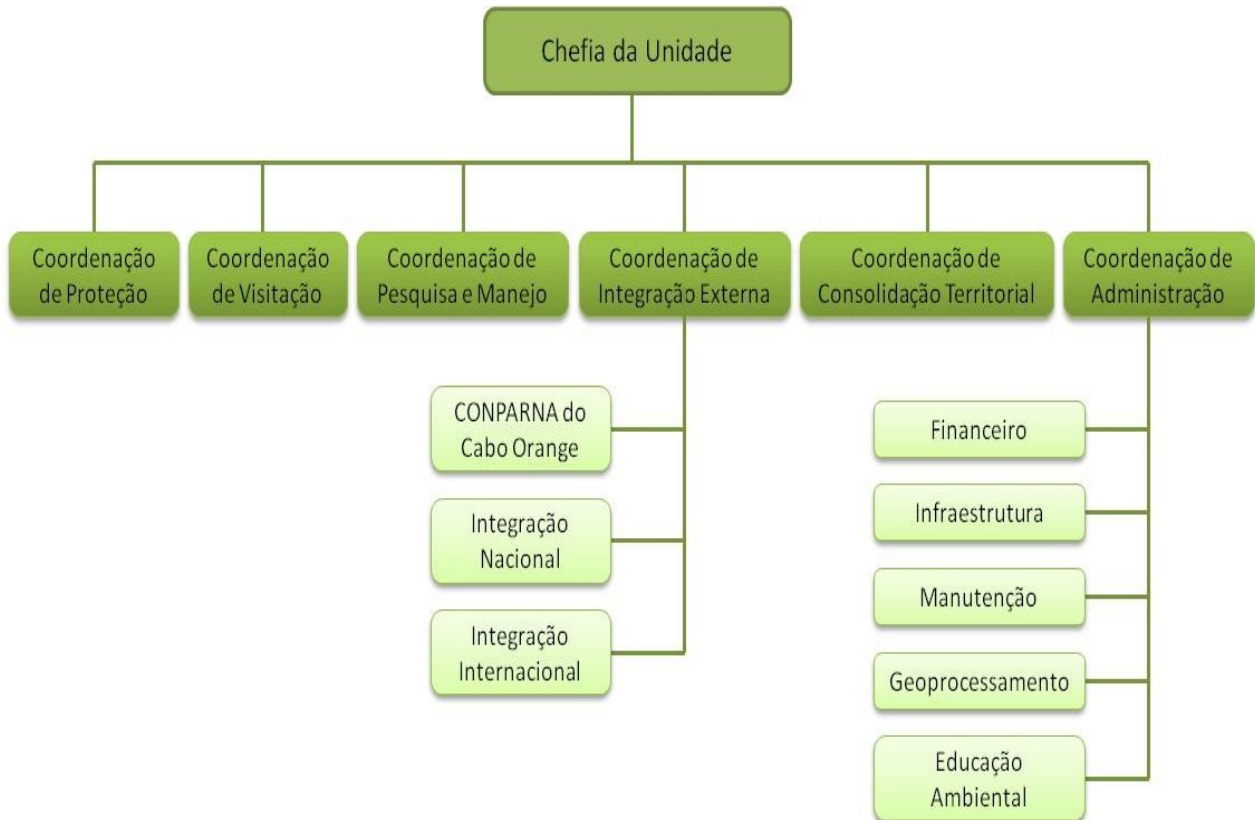


Tabela 4.4: Competências de cada unidade organizacional do Parque Nacional do Cabo Orange.

Competências
Chefia da Unidade
<ul style="list-style-type: none"> » Coordenar todas as atividades de planejamento e avaliação de resultados do PNCO, incluindo a elaboração do Plano Operativo Anual e dos planos temáticos. » Coordenar as atividades desenvolvidas por todas as coordenações do PNCO.
Coordenação de Proteção
<ul style="list-style-type: none"> » Planejar e coordenar as atividades de fiscalização da unidade, seu entorno e sua zona de amortecimento. » Avaliar anualmente a eficácia do Plano de Proteção e propor as correções necessárias. » Coordenar a elaboração, atualização anual e execução do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios. » Elaborar e atualizar anualmente o Manual de Processos das atividades rotineiras de proteção. » Coordenar e/ou registrar as infrações e indícios de crimes ambientais no Sistema de Informação Geográfica – SIG visando subsidiar a revisão anual do Plano de Proteção. » Coordenar o processo de seleção e contratação de brigadistas. » Coordenar as equipes de fiscalização. » Coordenar as equipes de vigilância patrimonial. » Fiscalizar e monitorar o cumprimento dos Termos de Compromisso estabelecidos com os ocupantes do interior do PNCO, o seu entorno e sua zona de amortecimento.

Competências

Coordenação de Visitação

- » Coordenar as atividades visando iniciar o programa de Uso Público no PNCO.
- » Coordenar a elaboração, atualização anual e execução do Plano de Uso Público.
- » Após a abertura ao uso público, coordenar as atividades de recepção de visitantes no Parque.

Coordenação de Pesquisa e Manejo

- » Apoiar, incentivar/divulgar a realização de pesquisas no interior e no entorno do PNCO.
- » Coordenar a produção e divulgação de material informativo sobre as linhas de pesquisa do PNCO.
- » Fornecer pareceres e homologações ao SISBIO, no caso de solicitações externas ou inserir o projeto de pesquisa, no caso da unidade ser a proponente.
- » Supervisionar o cumprimento das normas relativas às pesquisas em PN na legislação vigente.
- » Articular com os Centros Especializados do IBAMA e ICMBio e instituições de pesquisa nacionais e internacionais a realização de pesquisas no interior e entorno PNCO.
- » Envolver as comunidades do interior (até que a regularização fundiária seja concluída) e entorno da UC em atividades de pesquisa e manejo com vistas a minimizar a pressão sobre os recursos faunísticos e florísticos.
- » Supervisionar os projetos de monitoramento ambiental a serem realizados na unidade.

Coordenação de Integração Externa

- » Coordenar as atividades relacionadas ao Conselho Consultivo.
- » Coordenar a elaboração, atualização anual e execução do Plano de Comunicação e Marketing.
- » Coordenar as atividades de divulgação do PNCO, inclusive o processo de elaboração dos materiais de divulgação.
- » Coordenar e/ou acompanhar o planejamento, a elaboração e a execução dos programas/projetos desenvolvidos com o entorno (Brasil e Guiana Francesa)
- » Apoiar e incentivar a criação e/ou fortalecimento de associações e/ou cooperativas que sejam de interesse dos objetivos de manejo do PNCO.
- » Apoiar e incentivar a elaboração de projetos que estimulem o uso racional do entorno da UC.
- » Articular e estabelecer parcerias com instituições públicas e privadas com o objetivo de obter apoio para executar atividades cooperadas que estimulem o desenvolvimento regional com princípios de sustentabilidade socioambiental no entorno do PNCO.
- » Incentivar e apoiar a criação de áreas protegidas no entorno.
- » Promover ações de articulação institucional nacional e internacional para viabilizar a conservação da diversidade socioambiental da região norte do Amapá.
- » Articular com instituições públicas ou privadas a execução de programas de capacitação no entorno da UC.
- » Articular o apoio de instituições públicas na gestão dos Programas Temáticos do PNCO.

Coordenação de Consolidação Territorial

- » Coordenar todas as atividades relacionadas a consolidação territorial do PNCO, com ênfase nos seguintes tópicos:
- » Coordenar a elaboração, implantação e execução dos Termos de Compromisso com os ocupantes do interior da UC.
- » Articular com a FUNAI e lideranças das Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi estratégias de gestão para o território sobreposto.
- » Acompanhar o processo de criação do território quilombola do Cunani.
- » Propor e acompanhar a definição dos limites do PNCO.
- » Articular o processo de retirada de búfalos do interior do PNCO.

Competências	
Coordenação Administrativa	
»	Coordenar a gestão financeira do PNCO.
»	Coordenar as atividades de manutenção de infraestruturas e de equipamentos.
»	Coordenar o controle de patrimônio.
»	Coordenar a organização da memória organizacional (arquivos de documentos em formato físico e digital).
»	Coordenar a gestão de pessoas.
»	Coordenar as atividades de geoprocessamento.
»	Coordenar as atividades de Educação Ambiental.
»	Coordenar a elaboração, atualização anual e execução do Plano de Capacitação dos funcionários do PNCO.
»	Coordenar o Programa de Gspública do PNCO.

Se todas as atividades estratégicas forem colocadas em prática e todas as infraestruturas previstas forem construídas, o PNCO precisará de uma equipe de 63 servidores conforme discriminado na Tabela 4.5.

Tabela 4.5: Número aproximado de funcionários necessários para operacionalizar o plano de manejo.

pessoal	local												
	Embarcação (Peixe-Boi e Lancha)	Oiapoque Base e alojamento (Z.A)	Oiapoque Complexo Centro de Visitantes (Z.A)	Cabo Orange / Posto(Farol)	Cabo Cassiporé / Posto Flutuante	Taperebá / Sede	Taperebá / Alojamento brigadistas	Igarapé Marrecal / Posto	Cova da Onça / Posto	Cunani / Base	Cunani - Estruturas de apoio ao visitante	Calçoene / Base (Z.A)	Subtotal (funcionários)
Tripulação de embarcação (1 cozinheiro e 6 piloto)	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6
Piloto / Mecânico (ultra-leve)	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Vigilante Patrimonial armado	-	2	4 Esc. 4 CV	-	-	4	-	-	-	-	-	2	16
Vigilante Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2	-	6
Serviços Gerais (limpeza)	-	1	4	-	-	1	-	-	-	1	1	1	9

pessoal	local												
	Embarcação (Peixe-Boi e Lancha)	Oiapoque Base e alojamento (Z.A)	Oiapoque Complexo Centro de Visitantes (Z.A)	Cabo Orange / Posto(Farol)	Cabo Cassiporé / Posto Flutuante	Taperebá / Sede	Taperebá / Alojamento brigadistas	Igarapé Marrecal / Posto	Cova da Onça / Posto	Cunani / Base	Cunani - Estruturas de apoio ao visitante	Calçoene / Base (Z.A)	Subtotal (funcionários)
Técnico Administrativo	-	-	2 Esc. 2 CV	-	-	-	-	-	-	-	-	1	5
Atendente	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	-	4
Guarda-Parque	-	-	-	4	4	-	-	4	4	-	-	-	16
Subtotal (lotação)	6	3	18	4	4	6	-	4	4	5	5	4	63

Onde: ZA (zona de amortecimento); Esc. (Escritório), CV (centro de visitantes) Cova da Onça – Posto: depende de regularização fundiária.

Atividades estratégicas para alcance dos objetivos e metas do Subprograma de Administração e Manutenção

O Que Fazer	Início	Fim
1. Elaborar um plano de capacitação para os funcionários do Parque.		
1.1. Dar continuidade à capacitação dos analistas ambientais do PNCO em geoprocessamento e sistemas de informações geográficas.		
1.2. Capacitar todos os servidores do PNCO, incluindo colaboradores eventuais, quando possível, na utilização de equipamentos de comunicação (rádios, auto-track, preps etc) e de transporte (voadeiras, manutenção de motores de popa, manutenção do motor de centro da embarcação Peixe-Boi).	2009	2013
1.3. Capacitar os servidores do PNCO em interpretação ambiental, educação ambiental e no atendimento ao visitante visando a implementação do uso público no parque.		
1.4. Capacitar os servidores em metodologias participativas e em gestão de conflitos.		
1.5. Capacitar os servidores do PNCO no curso de fiscalização do ICMBio.		
1.6. Devido à proximidade com a Guiana Francesa e à assinatura do Memorando de Entendimento entre PNCO e PNRG, capacitar os analistas em francês e inglês.		
1.7. Capacitar os servidores do PNCO em Manejo de fauna.		
2. Elaborar um plano simplificado para manutenção dos equipamentos e infraestruturas do PNCO.	2009	2013
➤ Esse plano deverá permitir o acompanhamento dos custos anuais e/ou mensais de manutenção.		
3. Revisar e atualizar anualmente os fluxogramas e os Procedimentos Operacionais Padrão que compõem o Manual de Processos do PNCO.	2008	2013

O Que Fazer	Início	Fim
4. Manter atualizado o painel de gestão à vista.	2008	2013
5. Realizar reuniões trimestrais com toda equipe de analistas do parque para avaliar a eficácia das ações de manejo executadas no PNCO, conforme procedimento proposto no Encarte 5 do Plano de Manejo	2008	2013
6. Realizar anualmente a auto-avaliação da gestão do parque de acordo com o instrumento do Gespública ou programa equivalente.	2008	2013
7. Elaborar e implementar plano de melhoria da gestão após a auto-avaliação.	2009	2013

Subprograma de Infraestrutura e Equipamentos

O subprograma destina-se a garantir a instalação de infraestrutura necessária ao atendimento das atividades dos outros programas de manejo. Prevê atividades relacionadas à reforma e à construção de estrutura física, como também, a aquisição e a recuperação de materiais e equipamentos permanentes necessários ao funcionamento do Parque.

Objetivo Estratégico Atendido

- Atende a todos os objetivos estratégicos do Parque.

Indicadores

Indicadores	Metas
1. % das instalações previstas no plano de manejo disponibilizadas para a gestão do PNCO.	✓ 2009: 20%; 2011: 60%; 2013: 100%.
2. % dos equipamentos previstos no plano de manejo adquiridos.	✓ 2009: 20%; 2011: 50%; 2013: 100%.

Atividades estratégicas para alcance dos objetivos e metas do Subprograma de Infra-Estrutura e Equipamentos

A infraestrutura sugerida para implementação no PNCO está listada abaixo. Para cada infraestrutura sugerida, deverá ser realizado um estudo detalhado para avaliar a viabilidade e pertinência de sua implementação.

1. **Complexo do Centro de Visitantes na Ponte Binacional / Oiapoque: área estimada – 3.600m².**

O Complexo abará um Centro de Visitantes e um anexo de apoio às atividades do PNCO e PNMT. Deverá conter as seguintes estruturas:

- Centro de Visitantes (metragem estimada) – 500m² de área construída
- Anexo ao Centro de Visitantes contendo (metragem estimada) – 3.100m².
- Galpão para material apreendido com 300m² de área construída.
- Galpão para depósito de material com 60m² de área construída.
- Atracadouro para embarcações com 90m² de área construída.

- Rampa para ultra-leve com 80m² de área construída.
 - Galpão para guarda da aeronave Ultra-leve com 120m² de área construída
 - Estruturas para guarda provisória de animais apreendidos (abrigado) com 20m² de área construída.
 - Recinto para quarentena de animais silvestres com 2.500m² de área construída, com piquetes.
 - Equipamentos para contenção, transporte e manutenção de animais silvestres.
2. **Base de Oiapoque (alojamento).**
- Base com 100m² de área construída.
3. **Base de Cunani e área sul (metragem estimada) – 320m².**
- Base com 120m² de área construída.
 - Estruturas de Apoio ao Visitante com cerca de 200m² de área a ser construída, sendo necessário a elaboração do projeto.
4. **Base de Taperebá (metragem estimada) – 570m².**
- Base com 400m² de área construída.
 - Alojamento de brigadistas com 90m² de área construída.
 - Rampa para ultra-leve com 80m² de área construída (Elaborar projeto e construir).
5. **Base de Calçoene (metragem estimada) – 600m².**
- Base de apoio com 120m² de área construída.
 - Galpão para material apreendido com 100m² de área construída.
 - Galpão para depósito de material com 60m² de área construída.
 - Atracadouro para embarcações com 40m² de área construída.
 - Rampa para ultra-leve com 80m² de área construída.
 - Galpão para aeronave Ultraleve com 120m² de área construída.
 - Estruturas para guarda provisória de animais apreendidos (abrigado) com 20m² de área construída.
 - Recinto para quarentena de animais silvestres (área construída depende da metragem do terreno).
 - Equipamentos para contenção, transporte e manutenção de animais silvestres.
6. **Posto do Cabo Orange (farol) (metragem estimada) – 130m².**
- Posto com 30m² de área construída (reforma).
 - Trapiche com 200m² de área construída.
7. **Posto do Cabo Cassiporé (flutuante) (metragem estimada) – 400m².**
- Posto com 400m² de área construída.
8. **Posto do Igarapé Marrecal (metragem estimada) – 170m².**
- Posto com 100m² de área construída
 - Trapiche com 60m² de área construída

- Estrutura para instalação da torre de vigilância de incêndio (40m) com 20m² de base (Elaborar projeto e construir)

9. Posto da Cova da Onça (metragem estimada) – 80m²

- Área construída de 60m² (reforma)
- Trapiche com 10m² de área construída
- Estrutura para instalação da torre de vigilância de incêndio (40m) com 20m² de base.

Executar

É a fase da execução das ações estratégicas previstas na etapa de planejamento, ou seja, o grande desafio é fazer o planejamento funcionar. É necessário fazer a ponte entre o desejo e a efetiva realização.

Para isso, é preciso manter foco e determinação. O foco nos objetivos estratégicos sem desvio em relação às prioridades estabelecidas.

No Plano de Manejo do PNCO, propõe-se sua execução utilizando-se o conceito de gestão por projetos. O projeto é definido como um esforço temporário para produzir um produto, serviço ou resultado único (Prado, 2004).

A maioria das atividades estratégicas propostas no plano de manejo podem ser gerenciadas como projetos. A maioria delas se concentra no aspecto estratégico e representam macro-tarefas que precisam ser detalhadas para serem operacionalizadas.

Apesar de muitas delas se repetirem como as operações de fiscalizações, cada vez que são executadas, temos um produto algo diferente do que foi produzido da vez anterior. Desse modo, é perfeitamente possível gerenciá-las como projetos.

No PNCO são executadas, paralelamente com atividades rotineiras, dezenas de atividades que podem ser gerenciadas como projetos. O não reconhecimento desse fato faz com que essas atividades, na maioria das vezes, não alcancem os resultados desejados, não cumpram os prazos previstos e o orçamento disponível.

Gerenciar um projeto significa, resumidamente, planejar sua execução antes de iniciá-lo e, então, acompanhar sua execução. No planejamento do projeto são estabelecidas as metas ou objetivos, as tarefas a serem realizadas e o seu sequenciamento, com base nos recursos necessários e disponíveis. O principal objetivo do gerenciamento é garantir que o produto do projeto seja obtido conforme o planejado, no que diz respeito ao escopo (o que será feito), prazo, custo e qualidade (Prado, 2004).

O projeto funcionará como elo entre o Plano de Manejo e o POA. As atividades / tarefas a serem listadas no POA serão destinadas ao cumprimento das metas propostas nos programas temáticos e se originarão do detalhamento das atividades estratégicas propostas nesses programas.

Abaixo apresentamos um exemplo de como uma atividade estratégica do plano de manejo é desdobrada nas diversas tarefas a serem executadas no POA.

O primeiro passo é determinar as etapas que o trabalho deve cumprir. Após esse passo se define as tarefas em cada etapa. A realização desse procedimento anualmente, antes da elaboração do POA garantirá que o plano de manejo seja efetivamente posto em prática e também a realização de um planejamento mais realista.

O volume de trabalho poderá ser compatibilizado com os recursos disponíveis, principalmente os recursos humanos, fazendo com que os projetos propostos cumpram os prazos estabelecidos. Isso obrigará também a equipe da unidade a focar mais nas questões

estratégicas, ou seja, escolher realizar as atividades que trarão maior contribuição para que a unidade alcance sua visão de futuro.

Atividade estratégica do plano de manejo do PNCO: Produzir material de divulgação do PNCO e enviá-lo às instituições de pesquisa e ensino no Brasil e na França.

Tabela 4.6: Exemplo de desdobramento de uma atividade estratégica do Plano de Manejo em tarefas a serem executadas no Plano Operativo Anual de 2009.

Tarefas	Responsável	Início	Fim
1. Contratar programador visual (etapa):		01/09	01/10
1.1. Elaborar Termo de Referência (tarefa).		01/09	05/09
1.2. Tramitar TR no FUNBIO.		06/09	25/09
1.3. Selecionar profissional.		25/09	01/10
2. Elaboração da proposta gráfica:		02/10	15/10
2.1. Reunião para discussão do conteúdo.		02/10	02/10
2.2. Redação do conteúdo.		03/10	10/10
2.3. Reunião para discussão da proposta gráfica.		11/10	11/10
2.4. Reunião de fechamento da proposta gráfica.		14/10	14/10
3. Impressão:		16/10	15/11
3.1. Seleção da gráfica.		16/10	20/10
3.2. Contratação.		21/10	22/10
3.3. Acompanhamento da impressão.		23/10	15/11
4. Distribuir material as instituições de pesquisas do Brasil e da França.		20/11	20/12

Monitoria e Avaliação

Introdução

De acordo com o Roteiro Metodológico de Planejamento (Galante *et alii*, 2002), a monitoria e avaliação são instrumentos para assegurar a interação entre o planejamento e a execução, possibilitando a correção de desvios e a retro alimentação permanente de todo o processo de planejamento.

A monitoria se diferencia, qualitativamente, de um simples acompanhamento, pois além de documentar sistematicamente o processo de implantação do plano, identifica os desvios na execução das atividades propostas fornecendo as ferramentas para a avaliação. Esta por sua vez, possibilita as ações corretivas para ajuste ou replanejamento das atividades.

O Plano de Manejo do PNCO adotou como método de gestão, o PDCA (Planejar, Executar, Checar e Agir corretivamente) que incorpora a idéia de monitoramento e avaliação constante das atividades executadas e dos resultados alcançados. Portanto a monitoria e avaliação são instrumentos implícitos na metodologia de gestão do PNCO a partir da aprovação do plano de manejo.

O Encarte 6 do Plano de Manejo do PNCO detalha como realizar o monitoramento e avaliação das metas e das atividades previstas no plano, bem como a realização de um processo de reflexão estratégica para promover a atualização constante do plano como previsto no manejo adaptativo.

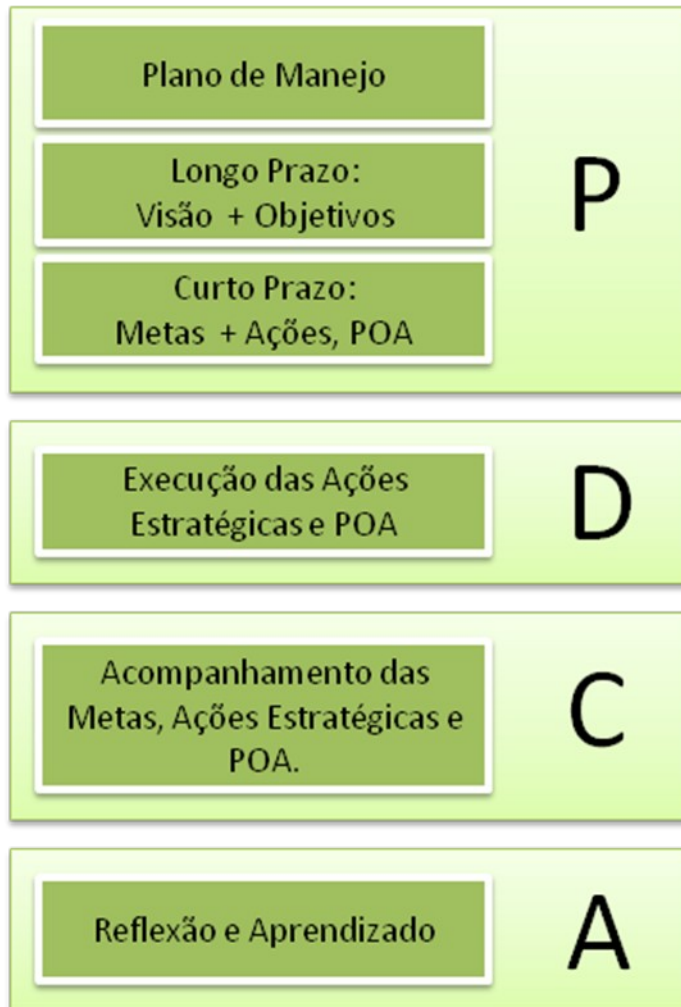
Procedimento para Monitoramento das Metas e das Atividades Estratégicas Previstas no Plano de Manejo e Desdobradas nos Planos Operativos Anuais

Se o Planejamento fosse perfeito, as ações estratégicas estabelecidas seriam suficientes para o alcance das metas e da Visão de Futuro do PNCO. Neste caso não seria necessária a atividade de acompanhamento do planejamento e nem a verificação do alcance das metas.

O plano de manejo propõe dois tipos de monitoramento e avaliação, como mostra a Figura 4.6, abaixo.

Um de curto prazo relacionado aos POA, atividades estratégicas e metas e outro de longo prazo relacionado ao ambiente de atuação da unidade de conservação e uma avaliação sobre todo o direcionamento escolhido pela UC (missão, visão, objetivos estratégicos). O segundo tipo faz parte da proposta de revisão bianual do plano conforme o manejo adaptativo.

Figura 4.6: Monitoramento e Avaliação.



Monitoramento das Metas, Ações Estratégicas e Planos Operativos Anuais

O monitoramento e avaliação das metas, da execução das atividades estratégicas propostas no plano de manejo e dos POA deverão seguir o roteiro descrito na Tabela 4.7:

Tabela 4.7: Procedimentos para monitoramento e avaliação das metas, atividades estratégica do plano de manejo e atividades operacionais do Plano Operativo Anual.

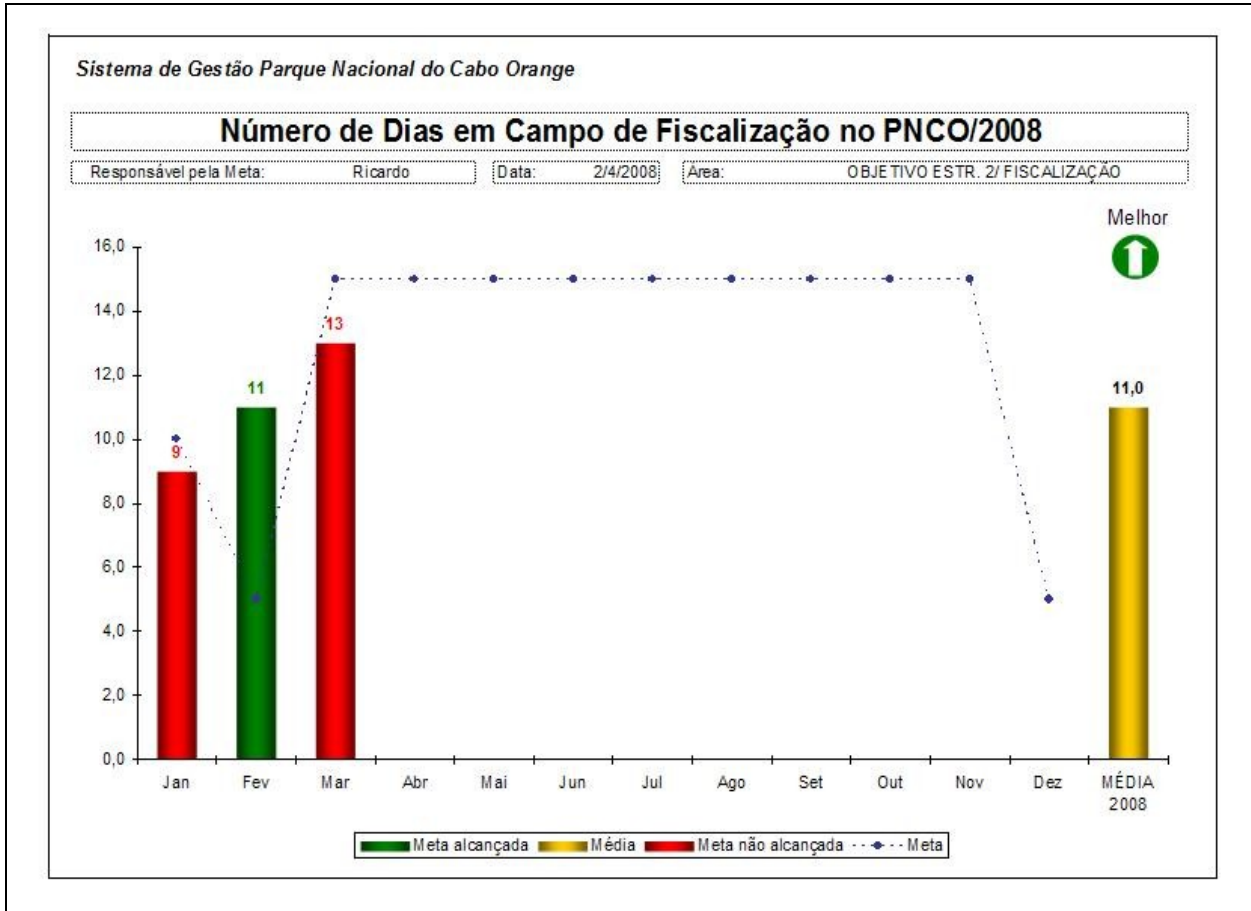
O QUÊ	Verificação da situação do alcance das metas estabelecidas no plano de manejo. Verificação da situação de execução das ações estratégicas descritas no plano de manejo e desdobradas em tarefas no POA.
QUEM	Chefe UC e os responsáveis pelas ações estratégicas
QUANDO	Mensalmente, conforme cronograma de reuniões de acompanhamento.
COMO	Cada participante (responsável por um Objetivo Estratégico) deve apresentar os seus resultados seguindo a seqüência: <ul style="list-style-type: none"> » o objetivo estratégico; » a sua meta;

	<ul style="list-style-type: none"> » o plano de ação proposto (POA); » a situação de implementação do POA (ações tomadas, ações em atraso, ações previstas, etc.); » os resultados obtidos até o momento; <p>Caso a situação de implementação do plano de ação não esteja adequada: ações em atraso, ações consideradas desnecessárias deve-se apresentar:</p> <ul style="list-style-type: none"> » a análise das causas relacionadas ao problema e, » as propostas de ações corretivas necessárias. <p>Caso os resultados obtidos até o momento sinalizem ou evidenciem o não-atingimento da meta, devem ser apresentados:</p> <ul style="list-style-type: none"> » a análise realizada com seu grupo sobre o não-atingimento ou superação da meta, bem como as causas encontradas; » o novo plano de ação (atualização do POA) proposto para garantir o atingimento das metas.
POR QUE	<p>Assegurar a implementação das ações propostas. Promover a comunicação entre os diversos setores da UC. Registrar, analisar e discutir as ocorrências e dificuldades encontradas possibilitando uma reflexão sobre a Gestão Estratégica da UC.</p>
ONDE	Na sala de reuniões do PNCO junto com o painel de gestão à vista.
QUANTO	Não há necessidade recursos adicionais.

Para facilitar o acompanhamento dos resultados obtidos pela UC (metas) deverão ser utilizados os gráficos de acompanhamento de metas e o painel de gestão à vista construída no PGR. Todos os resultados estratégicos da UC serão monitorados através desse procedimento.

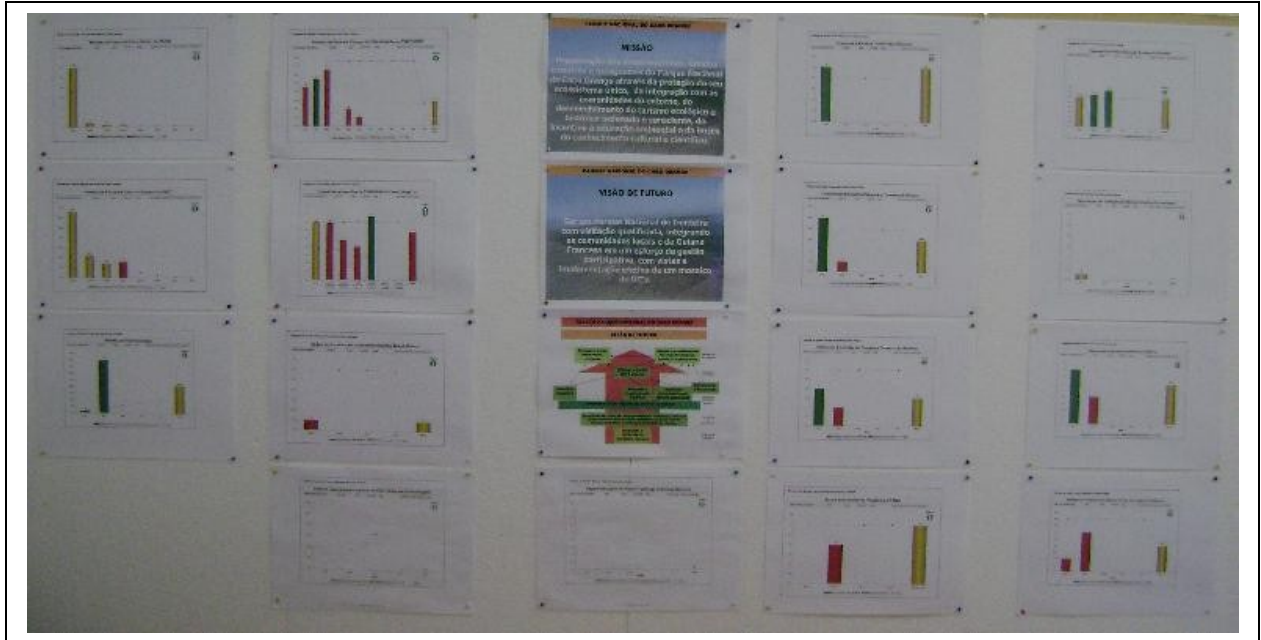
A Figura 4.7 demonstra o modelo de gráfico de acompanhamento de metas. A linha pontilhada representa as metas e as barras, o valor realizado. Quando a meta não é atingida a barra assume a cor vermelha, o que demonstra a necessidade de tomada de ações corretivas imediatamente. Quando a meta é atingida, a barra assume a cor verde. Periodicamente a meta planejada é confrontada com o valor realizado, o que determina a tomada ou não de ações corretivas.

Figura 4.7: Exemplo de um gráfico de acompanhamento de metas do Parque Nacional do Cabo Orange.



Todos os gráficos de acompanhamento de metas para os resultados estratégicos do PNCO foram reunidos no chamado painel de gestão à vista (Figura 4.8).

Figura 4.8: Painel de Gestão à Vista do Parque Nacional do Cabo Orange.



As metas e ações estratégicas planejadas só serão alcançadas através da realização das tarefas listadas nos POA, que também deverão ser monitorados através do painel de gestão à vista. Cada analista ambiental do PNCO, responsável por um conjunto de tarefas do POA, deverá ter o seu painel.

Para cada tarefa do POA sob sua responsabilidade, deve-se estipular uma data de início e de finalização. Na data planejada para finalização, verifica-se o seu cumprimento ou não e isto pode ser visualizado através de um sistema de cores (farol). Se a atividade foi realizada assume-se a cor verde. Se não foi realizada, a cor vermelha (Figura 4.8). No caso de não cumprimento da tarefa será utilizado o relatório de Três Gerações (Figura 4.9). Se a tarefa não foi realizada, listam-se os pontos problemáticos, ou seja, o que impediu a sua realização e quais as medidas que serão tomadas para a realização da atividade no mais breve espaço de tempo.

Figura 4.9: Formulário para monitoramento do Plano Operativo Anual.

Atividades	Status		Relatório de 3 Gerações		
	R	NR	Resultados Alcançados	Pontos Problemáticos	Ações Futuras
Elaborar Termo de Referência					
Tramitar TR no FUNBIO			Termo devolvido para correção.	Valor acima do Previsto no POA.	Rever valor e enviar para o FUNBIO até 30/10.

R – Realizada; NR Não realizada.

Registro do Monitoramento

As reuniões de monitoramento devem ser registradas para permitir a execução da Reflexão Estratégica e a continuidade do processo de monitoramento. Este registro deve ser realizado utilizando-se o modelo de ata de reuniões adotado pela Unidade.

Atualizações do Plano de Manejo

Reflexão estratégica

A necessidade de revisão de pontos específicos do plano de manejo deve ser permanentemente re-avaliada em função dos resultados obtidos, das mudanças no ambiente e das novas posturas da UC que se fizerem necessárias.

A revisão deve ser realizada a cada 2 anos, para atualização do plano de manejo de acordo com o procedimento descrito abaixo, Tabela 4.8.

Deverão participar dessa revisão o chefe da UC, os coordenadores das áreas temáticas, representantes do Conselho Consultivo e da CPLAM/DIREP, e outros que se considerar necessário.

A proposta final de revisão deverá ser enviada para aprovação da CPLAM/DIREP que após aprovação são oficialmente incorporadas ao plano de manejo.

Tabela 4.8: Roteiro para revisão de seguimentos específicos do plano de manejo.

O Que	Análise crítica do direcionamento estratégico adotado revendo objetivos, metas e ações estratégicas. Re-avaliação do Mapa Estratégico, inclusão / exclusão de objetivos, alteração de metas e de ações estratégicas.
Quem	Chefe da UC e responsáveis pelas ações estratégicas.
Quando	
Como	<p>Cada participante (responsável por um Objetivo Estratégico) deve apresentar o resumo do desempenho dos Objetivos Estratégicos sob sua responsabilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> » o objetivo estratégico; » a sua meta; » atividades estratégicas propostas; » a situação de implementação das atividades estratégicas (ações tomadas, atividades em atraso, atividades previstas, etc.); » os resultados obtidos até o momento; » as ações tomadas para correção e adequação dos rumos durante as reuniões de monitoramento; <p>O grupo deve analisar ainda de forma sistêmica o desempenho global do PNCO através do conjunto de indicadores estratégicos listados no painel de gestão à vista (gráficos de atingimentos de metas);</p> <p>Informações relevantes sobre mudanças no ambiente do PNCO (comunidades, diretrizes, fatores ambientais e sociais, etc.) devem ser analisadas para identificar necessidade de reposicionamento.</p> <p>Dificuldades encontradas durante a implementação das ações e acompanhamento das metas deverão ser analisadas para verificar necessidade de alterações na metodologia.</p>

Porque	Realizar a atualização anual do plano de manejo do PNCO
Onde	Na sala de reuniões da UC.
Quanto	Recursos para deslocamento dos técnicos da COBAM/DIREP/ICMBio

BIBLIOGRAFIA

- Araújo, M. A. R., 2007. Unidades de conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC. 272p.
- Campos, V. F., 2002. Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Dia-a-dia. Belo Horizonte: Editora de Desenvolvimento Gerencial. 266p.
- Campos, V. F. 2004. Gerenciamento pelas diretrizes. Nova Lima/MG. INDG Tecnologia e Serviços Ltda. 337p.
- Carvalho, A. D., Miranda, A. G. 2007. Levantamento Fundiário: Parque Nacional de Cabo Orange. Relatório técnico de consultoria. 181p.
- Chiavenato, I., Sapiro, A. 2004. Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 452p.
- CI-Brasil;, 2007. Corredor de Biodiversidade do Amapá. Governo do Estado do Amapá, Fundação Lee & Gund. Belém. 53p.
- Costa-Neto, S. V., 2007. Diagnóstico técnico voltado à elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Cabo Orange: Área de Atuação Botânica. Relatório Técnico. IEPA, IESA e WWF. 46p.
- Drummond, J. A., Pereira, M. A. P., 2007. O Amapá nos Tempos do Manganês: Um Estudo sobre o Desenvolvimento de um Estado Amazônico 1943-2000. Rio de Janeiro: Ed. Garamund. 500p.
- Fagundes, A. V., Silva, U. R. L., Caldas, U. M., 2007. Levantamento Participativo de informações Socioambientais das comunidades localizadas no Entorno e no Parque Nacional do Cabo Orange para subsidiar a elaboração do Plano de Manejo. Relatório Técnico parcial. IEPA, IESA e WWF. 95p.
- Filho, E. P. N., 2007. Projeto de Levantamento, Prospecção e Salvamento Arqueológico da Área do Parque Nacional do Cabo Orange. Apresentação no Encontro Temático - Arqueologia no Norte do Amapá: Novas Problemáticas, Metodologias e Perspectivas. Macapá.
- Galante, M. L. V.; Beserra, M. M. L. & Menezes, E. O. 2002. Roteiro Metodológico de Planejamento - Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília: Edições IBAMA. 136p.
- IBGE, 2007. População dos municípios do Amapá. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 dez. 2007.
- IBGE, 2004. Projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra: Uso da Terra no Estado do Amapá. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Relatório Técnico. 143p.
- IBDF & FBCN, 1979. Plano do Sistema de unidades de Conservação do Brasil: I etapa. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Brasília.
- IEPA, 2006. Macrodiagnóstico do Estado do Amapá: primeira aproximação do ZEE. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. Macapá. 140p.

- Kaplan, R. S. & Norton, A. P. 2000. Organização orientada para a estratégia. Rio de Janeiro: Elsevier. 9ª edição. 410p.
- Melo, C. C. S., 2005. Diagnóstico técnico voltado à elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Cabo Orange: Área de Atuação - Mamíferos não voadores. Relatório Técnico parcial. IEPA, IESA e WWF. 17p.
- MMA, 2008. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2008.
- Nyberg, B., 1999. *An introductory guide to adaptive management for Project Leaders and Participants*. Vitória: Canadá. 24p.
- Prado, D., 2004. Planejamento e controle de projetos. Nova Lima: INDG Tecnologia e Serviços Ltda, vol.2, 6ª edição. 284p.
- Ramalho, Y. M. M., Neto, P. B., 2001. Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. In: MMA. Causas e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia. Ministério do Meio Ambiente. Brasília. Pg. 351-367.
- Santos, E. M., Ribeiro, M. F. 2005. Diagnóstico preliminar da entomofauna, com ênfase nos insetos aquáticos do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá. Relatório técnico. Universidade Federal do Pará e Museu Paraense Emílio Goeldi.
- Sarney J., Costa, P., 1999. Amapá: a terra onde o Brasil começa. Brasília: Senado Federal.
- Sayre, R., Roca, E.; Sedaghatkish, G. *et alii*. 2000. Natureza em foco: Avaliação Ecológica Rápida. Washington: Island Press/ The Nature Conservancy. 201p.
- Silva. M. S., Martins, M. H. A., Silva, L. M. S., 2005. Diagnóstico técnico voltado à elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Cabo Orange: Área de Geologia, Geomorfologia e solos. Relatório Técnico parcial. IEPA, IESA e WWF. 46p.